



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DIOSMAR DA SILVA LUCENA

**ESTUDO SOBRE A FALTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO E
ENDIVIDAMENTO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2019**

DIOSMAR DA SILVA LUCENA

**ESTUDO SOBRE A FALTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO E
ENDIVIDAMENTO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.: Dr Wenner Glaucio Lopes Lucena

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L935e Lucena, Diosmar da Silva.

ESTUDO SOBRE A FALTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO E
ENDIVIDAMENTO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DA
PARAÍBA / Diosmar da Silva Lucena. – João Pessoa, 2019.
62 f. : il.

Orientação: Wenner Glaucio Lopes
Lucena. Monografia (Graduação) –
UFPB/CCSA.

1. Educação financeira. 2. Endividamento. 3. Bombeiro
militar. I. Lucena, Wenner Glaucio Lopes. II. Título.


UFPB/BC

DIOSMAR DA SILVA LUCENA

**ESTUDO SOBRE A FALTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO E
ENDIVIDAMENTO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Professor Dr Werner Glaucio Lopes Lucena. (Orientador)
Instituição: UFPB


Membro: Professora Ma Geisa Cassiana Paulino da Silva
Instituição: UFPB


Membro: Professora Ma Thamirys de Sousa Correia
Instituição: UFPB

João Pessoa, 24 de abril de 2019.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois nos momentos de desânimo lembrava que Ele é meu Pai, a minha esposa VANESSA, que de forma carinhosa e especial me deu força e coragem, a minhas filhas ISABELLA, ALÍCIA e IASMIN, que iluminaram de maneira especial meus pensamentos em busca de mais conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela esperança que animou meus passos nesta caminhada.

A Universidade Federal da Paraíba, seu corpo docente que oportunizaram hoje a visão do horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao Prof. Dr Wenner Glaucio Lopes Lucena pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho.

Ao meu pai Manoel Lucena (in memoriam) pelo exemplo e inspiração em minha vida.

A minha mãe, esposa e filhas, heroínas, que me deram apoio, incentivo nas horas difíceis.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

“Vencer a si próprio é a maior das vitórias”.

Platão

RESUMO

Este trabalho buscou analisar a importância da introdução da educação financeira no Corpo de Bombeiros da Paraíba e o nível de endividamento dos militares. A metodologia aplicada em uma amostra não probabilística por acessibilidade de 110 bombeiros militares, foi questionário com 31 questões dividido em três seções: 1) perfil socioeconômico; 2) nível de endividamento; 3) educação e planejamento financeiro. O perfil socioeconômico dos investigados mostra um público com faixa etária entre 39 e 50 anos, com 72,73% de casados e predominantemente masculino, 87,27%, com 42,73% recebendo salários de até R\$3.816,00. Quanto ao endividamento cerca de 50% possui elevados gastos com cartão de crédito, empréstimos e financiamentos, que variam entre 600 a 4000 reais. O cruzamento de variáveis socioeconômicas e endividamento apresentou que homens e mulheres comprometem sua renda na mesma proporção, neste aspecto. Quanto a idade os mais novos (18 a 28 anos) e principalmente os mais velhos (acima de 51 anos) destinam menor parcela de sua renda com empréstimos. Grande parte possui alguns hábitos de planejamento, com controle de gastos, comparação de preços porém precisam melhorar a educação financeira, que é comprovado por apenas 30% dos respondentes possuem reservas de emergência. Embora tema não fazer parte do cotidiano dos bombeiros e a maioria não procura informações sobre educação financeira. Dados os fatores que podem levar ao endividamento excessivo, como gastar toda renda sem deixar recursos remanescentes, conclui-se ser de extrema importância da introdução da educação financeira na formação dos militares.

Palavras-chave: Educação Financeira. Endividamento. Bombeiro Militar.

ABSTRACT

This work sought to analyze the importance of the introduction of financial education in the Fire Department of Paraíba and the level of indebtedness of the military. The methodology applied in a non-probabilistic sample for accessibility of 110 military firefighters was a questionnaire with 31 questions divided into three sections: 1) socioeconomic profile; 2) level of indebtedness; 3) education and financial planning. The socioeconomic profile of the respondents shows an age group between 39 and 50 years old, with 72.73% married and predominantly male, 87.27%, with 42.73% receiving wages of up to R\$ 3,816.00. As for debt, about 50% have high expenses with credit cards, loans and financing, ranging from 600 to 4000 reais. The cross-fertilization of socioeconomic variables and indebtedness showed that men and women compromise their income in the same proportion, in this respect. As for age the youngest (18 to 28 years) and especially the older (above 51 years) allocate lesser portion of their income with loans. Most of them have some planning habits, with cost control, but they need to improve financial education, which is proven by only 30% of the respondents have emergency reserves. Although theme is not part of daily firefighters and most do not seek information about financial education. Given the factors that can lead to excessive indebtedness, such as spending all income without leaving leftover resources, it is concluded that it is extremely important to introduce financial education into the training of the military.

Keywords: Financial Education. Indebtedness. Military Firefighter.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Acesso aos vários tipos de crédito	24
Tabela 2 -	Perfil socioeconômico dos bombeiros militares da Paraíba	34
Tabela 3 -	Fatores do endividamento dos bombeiros militares	36
Tabela 4 -	Uso do cartão de crédito x SERASA	36
Tabela 5 -	Empréstimos ou financiamentos X SERASA	37
Tabela 6 -	Renda individual x gastos com cartão	37
Tabela 7 -	Renda individual x empréstimos ou financiamentos	38
Tabela 8 -	Renda individual x gastos com financiamentos	38
Tabela 9 -	Renda individual x gastos com empréstimos	39
Tabela 10 -	Gastos com empréstimos x idade	39
Tabela 11 -	Gastos com empréstimos x patente	40
Tabela 12 -	Gastos com empréstimos x gênero	41
Tabela 13 -	Patente x uso equilibrado dos recursos financeiros	41
Tabela 14 -	Escolaridade x uso equilibrado dos recursos financeiros	42
Tabela 15 -	Uso equilibrado da renda individual e familiar	42
Tabela 16 -	Patente x conhecimento sobre planejamento financeiro	43
Tabela 17 -	Escolaridade x conhecimento sobre planejamento financeiro	43
Tabela 18 -	Fonte das informações sobre planejamento financeiro	44
Tabela 19 -	Perspectiva sobre planejamento financeiro e endividamento	45
Tabela 20 -	Necessidade, busca e acesso à educação financeira no CBMPB	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Princípios e recomendações de educação financeira	18
Quadro 2 -	Armadilhas das finanças pessoais	21
Quadro 3 -	Modalidades de crédito	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BAPH	Batalhão de Atendimento Pré-Hospitalar
BBM	Batalhão de Bombeiro Militar
BBS	Batalhão de Busca e Salvamento
CBM	Companhia de Bombeiro Militar
CBMPB	Corpo de Bombeiro Militar da Paraíba
CDC	Crédito Direto do Consumidor
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFSD	Curso de Formação de Soldados
CIBM	Companhia Independente de Bombeiro Militar
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CRBM	Comando Regional de Bombeiro Militar
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAL	Diretoria de Apoio Logístico
DAT	Diretoria de Atividades Técnicas
DCI	Diário Comércio Indústria & Serviços
DEIP	Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa
DF	Diretoria de Finanças
DP	Diretoria de Pessoal
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PEF	Programa de Educação Financeira
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
SERASA	Centralização de Serviços dos Bancos
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TCEPB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	16
2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO	19
2.2.1 Inadimplência	22
2.2.2 Modalidades de Crédito	23
2.2.3 Endividamento dos servidores públicos	25
2.3 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA	27
3 METODOLOGIA	30
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA	30
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.3 UNIVERSO E AMOSTRA	32
3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	32
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS RESPONDENTES	33
4.2 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	35
4.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO	41
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO CIENTÍFICA	54
APÊNDICE B – PARTE	55
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO	56
ANEXO A –TERMO DE ANUÊNCIA	62

1 INTRODUÇÃO

Antes do Plano Real, de acordo com Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) os brasileiros costumavam gastar todo o dinheiro que tinham a disposição, tão rápido conseguissem, pois os preços das mercadorias sofriam reajustes semanais, logo não havia nexo em poupar e inviabilizava a ideia de planejamento financeiro para o futuro. Mesmo no período de estabilidade financeira, as pessoas continuaram a gastar toda sua renda. A maneira dos indivíduos lidarem com dinheiro, ainda permanecem pautadas nos hábitos da época dos altos índices inflacionários (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008).

É notório que a educação financeira se faz extremamente importante para que as pessoas sejam capazes de realizar escolhas conscientes referentes ao uso do dinheiro na opinião de Queiroz, Valdevino e Oliveira(2015). Porém, nota-se que as famílias não possuem as informações imprescindíveis para uma vida financeira saudável(QUITANA; PACHECO, 2017).

Matta (2007) conceitua educação financeira como o acervo de informações que ajuda as pessoas a lidarem com seus recursos financeiros, com a gestão do dinheiro, com os gastos e empréstimos monetários, com a poupança e investimento de curto e longo prazo.

Em pesquisa realizada conjuntamente pelo Serviço de Proteção ao Crédito - SPC Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), em novembro de 2017, revelou que 61% dos brasileiros acham que informações numéricas são muito importantes na vida financeira diária; 49% deles nunca ou apenas às vezes realizam um planejamento criterioso para ficar dentro do orçamento nos meses subsequentes. Em outro estudo (SILVA *et al*; 2014) realizado com 112 policiais militares de Minas Gerais, 45,1% dos entrevistados responderam que anotam suas despesas para saber onde o dinheiro é gasto e 18,3% não acham necessário anotar.

Decorrente da falta de educação financeira surge o endividamento que é originário do um descontrole financeiro, portanto, antes de adotar um compromisso de compra, os indivíduos devem analisar se a obtenção do bem realmente faz parte de sua necessidade (AVDZEJUS; SANTOS; SANTANTA, 2012). Bortoluzzi *et al* (2015) ressalta que no Brasil, entre os anos de 2012 a 2014, a expansão do crédito

gerada pelo aumento dos prazos e redução das taxas de juros, elevou o endividamento das famílias a níveis muito altos.

Segundo a visão de Alves (2016) há desespero das pessoas para dimensionar o volume de comprometimento do seu orçamento, o aumento desnortado do crédito gera a inadimplência, os empréstimos são cessados reduzindo a atividade da economia, ocasionando um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento.

No que diz respeito às dívidas pessoais, a pessoa como responsável pela sua própria conjuntura de despesas superiores às receitas, levando aos empréstimos e em seguida ao endividamento (SOUZA, 2015). Nesse contexto se destacam os servidores públicos de maneira geral, pois os Bancos e Cooperativas tendem a facilitar o acesso ao crédito desta categoria, e oferece uma resistência em conceder crédito para os trabalhadores da iniciativa privada devido à instabilidade no emprego (SOUZA, 2015).

Os servidores públicos, sejam civis ou militares, são muitas vezes considerados clientes preferenciais das instituições financeiras, que oferecem maiores facilidades na aquisição de produtos financeiros. Na opinião de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) um maior conhecimento acerca dos instrumentos financeiros disponíveis poderiam habilitar os servidores para o uso racional destes instrumentos.

Pinheiro (2008) assegura existir forte ligação entre a educação financeira e o endividamento da pessoa, pois a educação colabora para que o indivíduo consuma de forma eficiente e apropriada. Portanto a educação financeira contribui com o sistema econômico, pois diminui a inadimplência e descumprimento das obrigações com terceiros. Ao se educar financeiramente o indivíduo, servidor público ou trabalhadores da iniciativa privada, vislumbra entendimento da relevância do planejamento dos gastos pessoais.

1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

A situação problema que este estudo aborda pode ser formulada pela seguinte questão: **Qual a importância tem a educação financeira para minimizar o endividamento dos bombeiros militares da Paraíba?**

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos estão dispostos na ordem em que se pretende alcançar. Para esta etapa foram determinados o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo versa em analisar a importância da educação financeira para minimizar o endividamento dos bombeiros militares do Estado da Paraíba.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a intenção de atingir o objetivo geral da pesquisa almejam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Traçar o perfil socioeconômico dos bombeiros militares da amostra;
- b) Avaliar a relevância da introdução da Educação Financeira na formação e aperfeiçoamento dos militares do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba;
- c) Analisar a prática de comportamentos ligados ao planejamento e financeiro e o controle do endividamento dos militares.

1.3 JUSTIFICATIVA

As rápidas evoluções dos serviços financeiros em meio à inovação e globalização permitem que as pessoas tenham acesso a uma série de serviços financeiros destinados a satisfazer as mais variadas necessidades. No entanto até os produtos financeiros mais simples podem apresentar-se com alto grau de dificuldade para a média da população, cuja educação financeira é insuficiente ou inexistente (PINHEIRO, 2008).

Em julho de 1994 com implantação do Plano Real, a estabilização da economia alcançou índices de inflação inferiores que 1% ao mês. Grande parte dos hábitos sobre o modo de lidar com o dinheiro estão atrelados aos praticados durante o período inflacionário (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008).

Segundo Arantes e Rocha (2012), teve início nos Estados Unidos em 2006 uma crise financeira, e no Brasil, seus efeitos começaram a partir de setembro de 2008, a falência do banco americano *Lehman Brothers* acarretou alvoroço no mercado de capitais mundial e uma alta da moeda americana. O choque imediato da crise de 2008 no Brasil ocasionou a redução do crédito, logo os bancos passaram a demandar mais garantias de seus credores (ARANTES; ROCHA, 2012).

Os efeitos da recessão ainda estão presentes, destacando-se nos resultados é o aumento da inadimplência no país. Em notícia publicada no *site* do Diário Comércio Indústria & Serviços (DCI), em fevereiro de 2019, afirma que segundo Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que “o percentual de famílias brasileiras com algum tipo de dívida subiu de 59,8% em dezembro de 2018 para 60,1% em janeiro de 2019”.

Em informativo publicado em 2018, no *site* do Centralização dos Serviços dos Bancos (Serasa), lista as sete principais causas da inadimplência no Brasil: o aumento do desemprego, a diminuição da renda familiar, compras para terceiros, ausência de educação financeira, falta de controle nos gastos, atraso de salários e enfermidades.

De acordo com o estudo de Halles, Sokoloswki e Hilgemberg (2008) o planejamento financeiro pouco é apontado como fator importante por servidores públicos, porém é por meio dele é possível adequar o rendimento familiar as suas necessidades, vindo a proporcionar a realização de objetivos de vida e passar por eventuais problemas com maior tranquilidade.

Como expectativa de vida vem aumentando em todo mundo e no Brasil, tornam-se ainda mais relevantes questões alusivas às finanças pessoais (SILVA; SILVA NETO; ARAÚJO, 2017). Partindo do pressuposto que o endividamento pessoal tem a estreita relação de uma educação financeira insatisfatória e, que também atinge a maioria dos funcionários públicos, dentre eles os bombeiros militares, objeto de estudo do presente trabalho.

A confirmação de problemas ligados a educação financeira deficiente, poderá demonstrar a relevância da implantação no currículo dos seus cursos de formação, habilitação e aperfeiçoamento, matérias relacionadas a planejamento e controle de finanças pessoais.

O presente trabalho se torna oportuno neste momento de aumento de consumidores endividados no mercado do país, a pesquisa dos fatores que influenciam o endividamento se mostra de extremamente relevante para a área de finanças pessoais, vislumbrando que pode ser causado pela ausência de planejamento financeiro (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008), pelo baixo nível de educação financeira insuficiente de servidores públicos (SILVA; SILVA NETO; ARAÚJO, 2017). Por esclarecer para a sociedade a importância da educação financeira na busca de uma garantia de vida mais saudável, por meio de uma conduta econômica dos indivíduos para evitar o endividamento, falta de reservas (QUINTANA; PACHECO, 2017).

Para academia este estudo se torna relevante no sentido em que oportuniza aos que tenham interesse na problemática abordada, apreciar com maior propriedade os aspectos que cercam as finanças pessoais dos servidores públicos, especialmente os militares do Corpo de Bombeiros ainda pouco explorada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nestes tempos de grandes inovações tecnológicas e desenvolvimento do mercado financeiro percebe-se que existe a necessidade social dos cidadãos de saber lidar com seu dinheiro pode ser sanada através da educação financeira (QUINTANA; PACHECO, 2017).

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em meio a sociedade moderna, globalizada e com progresso tecnológico veloz, as pessoas precisam cada vez mais ampliar o conjunto de informações atualizadas para o dominar suas decisões financeiras e defender do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio (SOUZA, 2015). A educação financeira aparece como instrumento de inclusão social, de melhoria de vida do indivíduo e de promoção do equilíbrio da concorrência e da eficiência do sistema financeiro do país (BORGES, 1999).

De acordo com Cerbasi (2012) a partir da assimilação dos conhecimentos com a educação financeira, os sujeitos começam a ter controle sobre suas finanças, além de controlar o uso de sua renda e de planejar de forma apropriada suas escolhas.

Conforme Quintana e Pacheco (2017) a educação financeira pode ser vista como um processo de aprendizagem, que procura desenvolver as aptidões imprescindíveis nos indivíduos para que possam administrar suas finanças de maneira adequada, impedindo o endividamento, o consumo supérfluo, a falta de reservas de longo prazo, de forma que seja garantida uma vida mais saudável e segura.

A educação financeira pode ser definida como um conjunto de informações que auxiliam as pessoas a trabalharem suas finanças, com a gestão correta do dinheiro e com gastos em geral, aperfeiçoando a qualidade do consumo de quem a utiliza (QUEIROZ; VALDEVINO; OLIVEIRA, 2015). Já para Flores (2012) a educação financeira procura aperfeiçoar a capacidade das pessoas para entender os problemas financeiros. Os indivíduos devem ser capazes de compreender as

características de cada opção, calcular e conhecer seus custos e gerenciar a capacidade de investimento, frente à grande oferta de produtos financeiros.

A grande importância da educação financeira encontra-se no apoio proporcionado pela mesma, pois em suma, as vidas das pessoas são afetadas pelas decisões financeiras que tomam (AMADEU, 2009). Nesse sentido cada vez mais os governantes de vários países vêm se preocupando com a alfabetização financeira dos indivíduos, principalmente após as crises econômicas tem se instalado em diversos países (FLORES, 2012).

Conforme Vieira, Bataglia e Sereia (2011), já são ofertadas disciplinas sobre educação financeira em escolas de ensino médio, mesmo sendo disciplinas optativas, a procura é muito grande nos países como Estados Unidos e Reino Unido. A Austrália e o Japão, são exemplos, além dos já mencionados, de países que também estão em alerta para a importância de elevar o grau de compreensão dos instrumentos financeiros por parte da população (PINHEIRO, 2008).

De acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), no Brasil, existem algumas ações de projetos que estão sendo desenvolvidas por órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, a exemplo do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que recomenda a inserção de conteúdos multidisciplinares; o Banco Central do Brasil (BACEN) com o Programa de Educação Financeira (PEF), Comissões de Valores Mobiliários (CVM), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e Serasa, contudo estes ainda não garantem de forma satisfatória o acesso a informações sobre educação financeira a todos os adultos.

Em meio a todas estas instituições, destaca-se o organismo internacional, na explanação de Pinheiro (2008), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), sugerindo aos países membros ou não, disseminar a educação financeira de uma maneira “justa e sem viés, de forma que se desenvolvam as competências financeiras dos indivíduos, embasadas em informações e instruções apropriadas, imunes de interesses particulares” (PINHEIRO, 2008, p.7).

A OCDE (2005) realizou uma pesquisa que originou uma série de princípios e recomendações com objetivo de nortear os países no processo de implantação da educação financeira, de acordo com as prioridades e realidade de cada um, tais princípios e recomendações estão destacados no quadro1 abaixo.

Quadro 1 - Princípios e recomendações de educação financeira

1) Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir em seu conteúdo aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguro, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação dos seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
2) O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
3) O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda anual e futura de seus consumidores.
4) A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
5) Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
6) A Educação Financeira deve começar nas escolas. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
7) As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, em específico, quando for relacionado aos compromissos de longo prazo, ou aos serviços financeiros cujas consequências financeiras são de grande magnitude.
8) Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
9) Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos e elaborados de forma mais personalizada possível.

Fonte: Adaptado de OCDE (2005)

Partindo das alegações, o conceito de educação financeira é mais abrangente e pode ser entendido como um processo de construção de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos cidadãos, de tal forma que esses possam sustentar decisões fundamentadas e seguras, tornando-se mais integrados a sociedade, providos de uma atitude proativa na busca de sua comodidade (AMADEU, 2009).

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

O processo de planejamento é a ferramenta que as pessoas e organizações usam para gerenciar suas relações com o futuro. É um emprego específico do processo decisório visto que as decisões que podem de alguma maneira influenciar

o futuro, ou que serão postas em prática no futuro, são decisões de planejamento (MAXIMIANO, 2005).

Claudino, Nunes e Silva (2009) trazem que a educação financeira é um importante instrumento, pois abrange a inteligência e capacidade do indivíduo em ler e interpretar números e transformá-los em informação para organizar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável. Para Barbosa, Silva e Prado (2014), quando essa educação é adquirida e aprimorada, as pessoas planejam seu futuro elaborando orçamentos compatíveis às suas capacidades financeiras.

É irrefutável que o planejamento financeiro pessoal se torna uma notável ferramenta de controle orçamentário como também é irrefutável que, no Brasil, não há, em meio as autoridades, a função de capacitar a população convenientemente para a tomada de decisões financeiras (SOUZA, 2015).

Segundo Frankenberg (1999, p.31), “planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família”. O objetivo principal do planejamento é a constituição de reservas que, além de utilizados em situações imprevistas, serão destinados ao cumprimento dos mais diferentes objetivos em diferentes etapas da vida (CERBAS, 2003).

Amadeu (2009) explica, que tomada de decisão financeira envolve três etapas, são elas: 1) identificar e empreender os projetos pessoais ligados a obtenção de recursos financeiros; 2) criação de estratégias para poupa-los; 3) realizar as ações que resultem no uso adequado desses recursos, em concordância com seu planejamento pessoal.

Dentro destas praticas para seguir o planejamento financeiro Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008, p.2) destaca, “o orçamento doméstico faz parte do planejamento financeiro e é um instrumento pelo qual as estratégias estabelecidas pelo planejamento poderão ser colocadas em prática”.

O orçamento doméstico, de maneira bastante simples pode ser descrito como uma planilha, onde são anotados todos os gastos e despesas da família, inclusive as consideradas irrisórias, objetivando proporcionar um cenário global da vida econômica e dos hábitos familiares (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008).

Na visão de Silva *et al* (2014) as dificuldades financeiras são acarretadas, na maioria dos casos, quando as despesas são superiores que as receitas e, daí a importância do orçamento no processo de planejar, pois contribui para identificar o destino do dinheiro e definir os gastos prioritários.

Para Martins (2004) a importância do estudo dos conteúdos financeiros está na correta classificação dos gastos pessoais e familiares em sintonia com a renda percebida, que ocorre por meio do planejamento. Para Claudino, Nunes e Silva (2009) a importância do planejamento financeiro é fazer com que o indivíduo não alcance o grau de sobreendividamento.

O endividamento é no ponto de vista de Bortoluzzi *et al* (2015, p.114) como “a utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades de consumo, isto é, a família excede sua renda orçamentária e recorre à utilização de recursos de terceiros”. No entendimento de Mosca (2009), as origens do endividamento podem ser decompostas em dois grupos de fatores: os microeconômicos - ligados ao comportamento individual de cada família; e os macroeconômicos, - atingem a economia de modo geral fugindo do controle delas.

Segundo Ferreira (2008 *apud* EIFERT, 2003), o indivíduo pode ser influenciado ao endividamento pela aspiração a aceitação social, cuja valorização pessoal é percebida de acordo com a credibilidade que o consumidor dispõe diante do mercado e que o destaca dos demais. Em estudo do comportamento humano, Silva (2014) ressalta que os anunciantes não pretendem passar aos consumidores apenas a qualidade do produto, mas status e identidade social que os mesmos podem conseguir se possuí-lo.

O sobreendividamento concerne às situações em que o devedor se vê incapacitado de pagar um conjunto das suas dívidas. Se causado por circunstâncias alheias a vontade do devedor, como desemprego, doença, acidente, entre outros, é denominado sobreendividamento passivo e; quando o devedor colabora ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, recebe a designação de sobreendividamento ativo (BORTOLUZZI, *et al*; 2015).

Na visão de Santos (2014) os principais fatores categóricos para o desequilíbrio financeiro das famílias, são: eventos sistêmicos adversos, educação financeira deficiente, inexistência de orçamento, indisciplina consumista e indisponibilidade de reservas. O desinteresse e a falta de práticas de gestão

eficiente da renda, o consumo desenfreado pode resultar em uma série de problemas na administração dos recursos pessoais. No quadro 2 são descritas as armadilhas das finanças pessoais que podem ocasionar o fracasso financeiro.

Quadro 2 – Armadilhas das finanças pessoais

ARMADILHAS	CONSEQUÊNCIAS
Desbalanceamento no orçamento	Ocorre quando o indivíduo gasta mais do que pode, padecendo com a cobrança de juros.
Falta de controle no orçamento e no fluxo de caixa	Refere-se àquelas pequenas despesas do dia-a-dia que não são contabilizadas e, que no somatório tornam-se expressivas corroendo o orçamento.
Gastos fixos	O padrão de vida que se pretende ter influencia de forma significativa as finanças pessoais. Quando se eleva o padrão de vida todos os gastos pessoais são proporcionais. A manutenção do padrão estabelecido, em caso de contratempo financeiro, também eleva os riscos financeiros visto que as dívidas contraídas podem não caber no orçamento.
Dívidas	Equacionar o volume das dívidas e a representatividade das mesmas em relação às receitas e sobras de caixas é fundamental. Quando os recursos (receitas e sobras) são suficientes apenas para pagar os juros das dívidas e não quitá-las efetivamente observa-se o aumento contínuo das dívidas.
Falta de provisões	Imprevistos como doenças e quebra do carro entre outros devem ser provisionados, e para suportá-los, tem-se que realizar provisões de caixa. Uma forma de tratar essa armadilha é fazer com que a poupança faça parte do orçamento mensal, determinando um percentual fixo dos proventos diretamente para essa finalidade.
Aposentadoria	A ausência de destinação de recursos para a aposentadoria levará a sacrifícios maiores para manutenção do padrão de vida. O planejamento financeiro é essencial para a constituição da aposentadoria, porém deve ser feita após a resolução de pendências financeiras atuais.
Financiamentos	A necessidade de aquisição de algum bem que ultrapasse sua poupança leva a endividamento cujo ônus é acrescido de encargos financeiros. É preferível guardar o dinheiro o máximo possível em uma poupança e adquirir o bem a vista. No caso de financiamento é salutar nunca financiar mais de 35% do valor total do bem a ser adquirido.

Fonte: Adaptado de Godoy, Medina e Gazel Júnior (2006)

Na percepção de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008), é inescapável que as despesas maiores que as receitas têm como resultado as dificuldades financeiras. Dessa maneira, ainda segundo o ponto de vista de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008), o orçamento doméstico auxilia a identificar o destino do dinheiro e estabelecer prioridades, decidindo quais gastos podem ser cortados ou

diminuídos, possibilitando a formação de uma reserva que é o objetivo central do planejamento, independentemente de quais metas foram traçadas.

2.2.1 Inadimplência

De acordo com Braustein e Welch (2002), os consumidores podem ser influenciados, com facilidade, pelas propagandas de marketing, desta forma consumindo produtos desnecessários a sua realidade ou ao seu orçamento. A pesquisa de Zerrenner (2007) sobre os motivos que levam a população de baixa renda a endividar-se. Verificou como resultado, que as duas principais razões que levaram as pessoas ao endividamento foram a falta de planejamento com 43,1% e o consumismo com 35,1% respectivamente.

Quintana e Pacheco (2017) explicam que consumismo pode ser um dos males da falta de estrutura financeira, pois faz com que as despesas ultrapassem os ganhos, havendo assim um desnivelamento financeiro, que levam a problemas como a inadimplência, a carência de reservas para eventuais dificuldades futuras, entre outros.

Na ótica de Silva (2014), quando não há a necessidade do consumo, e ele ocorre, ou acontece visando status social, o consumidor acaba perdendo sua capacidade de ser agente ativo do consumo, este passa a ser considerado como mercadoria a ser consumida por outras pessoas, transformando-se assim em um consumidor que unicamente está preocupado em possuir o objeto.

Conforme Viera, Bataglia e Sereia (2011) a economia em geral pode ser influenciada até mesmo pelas decisões financeiras particulares, estando estas decisões vinculadas às questões como o endividamento das famílias, a inadimplência e a falta de capacidade de planejar para o futuro.

A inadimplência consiste quando não se consegue pagar uma obrigação financeira até a data de seu vencimento, geralmente ocasionada pelo excesso de dívidas que o indivíduo contrai no decorrer de sua vida (SILVA; SOUZA; FAJAN, 2015). Para Bortoluzzi *et al* (2015, p.5) “a inadimplência, situação em que o indivíduo não consegue saldar um contrato, o que significa a falta de pagamento ou não cumprimento do acordo”.

Em notícia divulgada no *site* do DCI, baseadas em dados do CNC afirma que o total de inadimplentes no país apresentou um pequeno aumento, passando de 22,8% de dezembro de 2018 para 22,9% em janeiro de 2019. A mesma notícia ainda ressaltou que em janeiro de 2019, 9,1% do total das famílias declararam não ter condições de pagar suas contas, ou seja, continuaram inadimplentes. Este incremento pouco significativo, geralmente está relacionado a fatores sazonais como, pagamento do décimo terceiro salário, aumento de contratações temporárias.

Na visão de Santos (2014) os principais fatores categóricos para o desequilíbrio financeiro das famílias, são: eventos sistêmicos adversos, educação financeira deficiente, inexistência de orçamento, indisciplina consumista e indisponibilidade de reservas.

2.2.2 Modalidades de crédito

O Brasil apresentou mudanças na economia o que teve efeito na concessão de crédito que desenvolvem a economia, tendo em vista ser uma das principais atividades bancárias (AVDZEJUS; SANTOS; SANTANA, 2012). O crédito é considerado uma mercadoria abundante e com acesso facilitado, o que estimula o consumo, além disto na nossa sociedade consumista, o acesso ao crédito é verdadeiramente fator de inclusão social, assim como a negativa de crédito provoca a exclusão social (ALVES, 2016).

De acordo com dados divulgados pelo BACEN (2019), em Nota para imprensa – Estatísticas monetárias e de crédito, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu a marca R\$3,3 trilhões em dezembro de 2018, após crescimento de 1,8% no mês. Ainda conforme BACEN a carteira de pessoas físicas registrou expansão no mês de 1,1%, atingindo R\$1,8 trilhão. A relação crédito/PIB alcançou 47,4% no final do ano.

O mercado de crédito é operado por instituições financeiras e não financeiras atuando como intermediários, conduzindo as poupanças das pessoas físicas, jurídicas e órgãos para empréstimos e investimentos (GITMAN, 2010). Segundo Kerr (2011), no Brasil, as modalidades de crédito mais utilizadas pelas pessoas físicas são: cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado e crédito direto do consumidor (CDC), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Modalidades de crédito

Instrumento de crédito	Descrição
Cheque Especial	É um contrato existente entre um banco e um consumidor para que este tenha disponível um crédito de um determinado valor vinculado à sua conta bancária que, caso seja utilizado, deverá ser devolvido acrescido de juros e outros encargos.
Crédito Pessoal	É um empréstimo em dinheiro sem comprovação de renda e não necessariamente garantido por um cheque pré-datado. Assim, o custo desse crédito é muito elevado devido ao risco assumido pela instituição financeira.
Cartão de Crédito	Possui um limite pré-aprovado e os usuários podem fazer compras até o valor desse limite. Se a fatura for paga no vencimento, o usuário não paga juros nem encargos. Também há a possibilidade de parcelar essa fatura, nesse caso incidem elevados juros e encargos.
Crédito Consignado	É uma modalidade de crédito pessoal com as taxas de juros mais baixas do mercado. Está disponível para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), servidores públicos e militares das Forças Armadas.
Crédito Direto ao Consumidor	É uma espécie de financiamento para aquisições de bens ou serviços. A quitação do financiamento é, geralmente, feita em prestações mensais, iguais e sucessivas.

Fonte: Adaptado de Keer (2011)

Na pesquisa realizada por Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) com bombeiros militares e policiais civis da cidade de Ponta Grossa, Paraná, revelou que estes servidores têm acesso a vários tipos de crédito disponíveis no mercado, embora não os utilizem. Destacando o crédito consignado, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Acesso aos vários tipos de crédito

Tipos de crédito	Acesso %
Empréstimo consignado	80,42
Limite do cartão de crédito ou cartão de lojas e supermercados	65,03
Limite do cheque especial	64,34
Empréstimos em financeiras	50,35
Empréstimo pessoal em bancos	48,95
Nenhum	3,50
Outros	2,10

Fonte: Adaptado de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008)

O percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 60,7% em setembro de 2018, dados da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em setembro de 2018, (CNC, 2018).

Para as instituições financeiras, a facilidade em avaliar o crédito às famílias é muito maior do que o crédito empresarial, posto que este exige elevado

conhecimento dos negócios. Destarte, como as taxas de juros praticadas no nicho de pessoas físicas são mais altas, as operações de crédito pessoal são também mais rentáveis (FREITAS, 2009).

2.2.3 Endividamento dos Servidores Públicos

Os servidores têm barreiras para gerenciar suas finanças pessoais e a facilidade de acesso ao crédito, decorrente do cargo público, se torna um agente que atua negativamente nas decisões financeiras (SILVA; SILVA NETO; ARAÚJO, 2017).

A renda média dos servidores, em setembro de 2013, foi de R\$ 3,2 mil, ultrapassando em 84,5% a dos profissionais do setor privado com carteira assinada, de R\$ 1,7 mil (SOUZA, 2015). Ainda segundo dados da pesquisa da autora, o acumulado naquele ano, os valores referentes a empréstimos a serem descontados na folha de pagamento do setor público cresceram 16,5%.

Alves (2016) explica que o crédito consignado é de uso frequente por parte dos indivíduos, tanto para adquirir bens e serviços, quanto para quitar dívidas já existentes, oriundas de outros empréstimos. Essa modalidade de crédito é a que oferece as menores taxas do mercado, de acordo com Alves (2016) além desta vantagem, sua concessão é bastante facilitada pela agilidade na contratação, que pode ser através da Internet, telefone e dos terminais de autoatendimento. Muitas vezes sem consulta às entidades de proteção ao crédito sobre a situação financeira do cliente.

No que se refere à legislação, a Lei nº 1.046/1950 em seu art. 4º, dispõe sobre os descontos e estabelece o teto máximo autorizado de comprometimento da renda com consignação, que é de 30% (trinta por cento), além de listar as categorias de funcionários que podem ter o desconto realizado em sua folha de pagamento.

Poderão consignar em folha: I - Funcionários públicos ou extranumerários, mensalistas, diaristas, contratados e tarefeiros; II - Militares do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; III - Juizes, membros do Ministério Público e serventuários da Justiça; IV - Senadores e Deputados; V - Servidos e segurados ou associados de autarquias, sociedades de economia mista, empresas concessionárias de serviços de utilidade pública, ou incorporada ao patrimônio público; VI - Associados e servidores de cooperativas de consumo, com fins beneficentes, legalmente constituídas; VII - Servidores

civis aposentados, e militares reformados, ou da reserva remunerada; VIII - Pensionistas civis e militares. (BRASIL, 1950).

No Estado da Paraíba, para os militares Estaduais regidos pelo Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba, através da Lei nº 3.909/1977, não há normativas específicas de cada categoria com relação a este assunto. Neste Estatuto incluem-se os bombeiros militares, pois de acordo com a Lei nº 8.443/ 2007 que dispõe sobre o Corpo de Bombeiros e fixa seu efetivo.

Conforme seu artigo 8º “o Corpo de Bombeiros Militar reger-se-á pelas Leis e regulamentos que são aplicados a Polícia Militar exceto, a Lei de Organização Básica e Regulamento de Uniforme, até a criação de legislação específica” (PARAÍBA, 2007).

O Decreto nº 35.554/2011, que dispõe a averbação de consignações em folha de pagamento da Administração Direta e Indireta, e sugestivo ao assunto traz, que a soma facultativa de consignações tem limite máximo de 30% e prazo de 72 meses para amortização de empréstimos e 10 % para o crédito rotativo de cartões de crédito com desconto direto em folha. De maneira que o Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - CBMPB adota os pré-requisitos da referida lei tendo em vista o mesmo ser um órgão da Administração Direta do Estado.

Souza (2015) em sua dissertação menciona pesquisa realizada pelo *site* do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União (TCU) – Sindilegis, que comprova o alto índice de endividamento dos servidores, principalmente por conta dos empréstimos consignados. A autora menciona ainda, com referência à pesquisa do Sindilegis, que os servidores ao serem questionados acerca da sua situação financeira, 87% deles informaram estar endividados, e, desse percentual, apenas 28% afirmaram estar com as dívidas sob controle.

Silva *et al* (2014) em seu estudo realizado com policiais militares de Minas Gerais, dos respondentes que afirmam já terem atravessado alguma dificuldade financeira, 43,8% se endividaram com empréstimos consignados e 35,5% com aquisição de automóvel.

No trabalho de Silva, Silva Neto e Araújo (2017), realizado com servidores da Justiça Federal da Paraíba, classificou o nível de educação financeira dos servidores como baixo, que se confirma, conforme o estudo, com a dificuldade em

perceber os riscos nas decisões financeiras e de levantar os custos resultantes das operações financeiras de compra de algum produto.

As dificuldades no gerenciamento das finanças pessoais, em parte gerado pela ausência de educação financeira, condição que não permite creditar a relevância devida ao planejamento financeiro, o que acaba levando a utilização dos instrumentos de crédito de forma desmedida, a falta de reservas e o consequente endividamento (HALLES, SOKOLOWSKI, HILGEMBERG, 2008).

2.3 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

No ano de 1916, a Capital da então província da Paraíba vivenciou muitos problemas de ordem estrutural em relação a incêndios, pois não havia recursos de prevenção e combate a esse tipo de incidente. Dessa forma, muitos incêndios estavam acontecendo sem o devido combate, pois não existia o corpo de bombeiros, destacando-se entre eles os ocorridos na Camisaria Universal e Casa Vergara e no prédio da Delegacia Fiscal no dia de Natal (CBMPB, S.d?).

O CBMPB foi criado em 9 de junho de 1917, no governo do doutor Francisco Camilo de Holanda, como uma seção de bombeiros através do Decreto Estadual de nº 844, de 9 de junho de 1917. O órgão tinha um efetivo de 30 (trinta) homens, retirados da própria Força Pública, atual Polícia Militar da Paraíba (PMPB) (CBMPB, S.d?).

Em 2007 o CBMPB, foi emancipado da PMPB, pela Emenda Constitucional nº 25, datada de 6 de novembro; houve também a reformulação de sua organização básica pela Lei nº 8.444 de 28 de dezembro de 2007 (CBMPB, S.d?).

A competência do CBMPB esta disposta na lei 8.444/2007 em seu artigo 2º, nos seguintes incisos:

- I – prevenir e combater incêndios urbanos, rurais e florestais, bem como realizar busca, resgate e salvamento;
- II – executar as atividades de defesa civil e de mobilização previstas na Constituição Federal;
- III – realizar perícias técnicas e perícias de incêndio e explosão em caso de sinistro;
- IV – prover socorro de urgência e atendimento pré-hospitalar;
- V – estudar, analisar, planejar, exigir e fiscalizar todos os serviços de segurança contra incêndio e pânico;

- VI – notificar, isolar embargar e interditar, obedecida sua competência, obras, serviços, habitações e locais de diversão públicos e privados os quais não ofereçam condições de segurança e funcionamento;
- VII – desempenhar atividades educativas de prevenção e combate a incêndio, pânico coletivo e proteção ao ambiente, dentre outras correlatas a sua competência;
- VIII – elaborar Normas Técnicas relativas à segurança de pessoas e bens contra incêndio e pânico;
- IX – desenvolver pesquisa científica em seu campo de atuação profissional;
- X – estabelecer fiscalização balneária e o salvamento aquático por guarda-vidas;
- XI – outras ações definidas na legislação vigente.

O CBMPB em sua estrutura geral é organizado em órgãos de direção geral, direção setorial, de apoio e execução, conforme Lei 8.444/2007. Os órgãos de direção realizam o comando e a administração do CBMPB, visando: a sua organização, atendimento da necessidade do efetivo e material, ao emprego da corporação na realização de suas missões, controle e coordenação de suas unidades de apoio e execução.

Os órgãos de direção compõem o comando geral, que compreende, de acordo com a Lei 8.444/2007: Comandante Geral, Subcomandante Geral, Estado Maior, Conselho Superior de Bombeiros Militar, Diretorias, Ajundância Geral, Acessória Jurídica, Comissões e Acessórias. As diretorias como órgãos setoriais são as seguintes: Diretoria de Pessoal (DP), Diretoria de Finanças (DF), Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP), Diretoria de Apoio Logístico (DAL), Diretoria de Atividades Técnicas (DAT).

Na atualidade, além do Comando Geral e suas diretorias, a corporação conta com três comandos regionais e catorze unidades, responsáveis por atender aos duzentos e vinte e três municípios da Paraíba. Os 1º, 2º e 3º Comandos Regionais de Bombeiro Militar (CRBM) são responsáveis pela administração direta das unidades operacionais. Sendo tais unidades distribuídas em seis Batalhões de Bombeiros Militar (BBM) nas cidades polos e dois batalhões especializados, o Batalhão de Busca e Salvamento (BBS) e Batalhão de Atendimento Pré-Hospitalar (BAPH), localizados em João Pessoa; cinco Companhias Independentes de Bombeiro Militar (CIBM) localizadas em Cabedelo, Catolé do Rocha, Mamanguape, Itaporanga e Princesa Isabel; e uma Companhia de Bombeiro Militar (CBM) presente na cidade de Pombal (CBMPB, S.d?).

Como já mencionado o CBMPB reger-se-á pela legislação e regulamentos aplicados a PMPB, obedecendo a Lei 8.443/2007, portanto a forma de ingresso está prevista na Lei 3.909/77. Para oficiais segundo art. 5º, parágrafo 2º, a carreira é privativa para brasileiros natos.

“Art. 10. - O ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça ou de crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, observadas as condições prescritas em Lei e nos regulamentos da Corporação” (PARAÍBA, 1977).

O ingresso na corporação se dar mediante concurso, na carreira de praças pelo Curso de Formação de Soldados (CFSD), com edital lançado quando há necessidade, e para oficiais pelo Curso de Formação de Oficiais (CFO), com vagas geralmente oferecidas anualmente. No primeiro curso tem duração média de dez meses, com exigência de nível médio para os candidatos. No que diz respeito aos oficiais o curso é equivalente a nível superior realizado na Academia de Bombeiros Militar Aristarcho Pessoa, com duração de três anos em tempo integral. Tais cursos são administrados pela DEIP do CBMPB (CBMPB, S.d?).

3 METODOLOGIA

Esta seção visa apresentar as etapas a que foram desenvolvidas para o alcance dos objetivos já expostos. A metodologia “explica os caminhos percorridos para chegar aos objetivos propostos. Indica como foi selecionada a amostra, aponta os instrumentos de pesquisa - questionário, observação, etc.-, explica como os dados foram tratados e analisados” (FIALHO; OTANI; SOUSA, 2007, p.83).

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Para Beuren (2013) a tipologia de pesquisa é englobada em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, pesquisa quanto aos procedimentos, e a pesquisa quanto à abordagem do problema. Tendo em vista o objeto deste trabalho, este estudo se enquadra como descritivo-exploratório.

A pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população e o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2018). Ainda conforme o autor as pesquisas exploratórias familiarizam o problema foco, tornando-o mais explícito, para em seguida evidenciar mais o assunto abordado, além de contribuir para o aprimoramento de ideias ou formulações de hipóteses.

Portanto, a pesquisa tem o objetivo de verificar a importância do planejamento financeiro pessoal como fermenta para evitar o endividamento, bem como a relevância da introdução da educação financeira para os bombeiros militares da Paraíba, corroborando para o aprimoramento dos pontos sobre planejamento financeiro pessoal e seus benefícios.

Quanto aos procedimentos, tem-se: estudo de caso, levantamento, bibliográfico, documental, participante, experimental. Nesta esfera esta pesquisa encaixa-se como uma pesquisa bibliográfica e um levantamento.

Segundo Gil (2018), este tipo de pesquisa bibliográfica é realizada com base em material já constituído, principalmente através de livros e artigos científicos. “Enquanto trabalho autônomo, a pesquisa bibliográfica compreende várias fases, que vão da escolha do tema à redação final”. (Andrade, 2010, p.45).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. O presente trabalho é caracterizado como qualitativo, devido ao método, técnica e aos instrumentos de pesquisa a serem utilizados.

Para Fialho, Otani e Sousa (2007, p. 40) “A abordagem qualitativa difere-se da quantitativa por não empregar o instrumento estatístico no processo de análise dos dados coletados na investigação do problema de pesquisa”.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente foram realizadas consultas a livros, sites, dissertações e principalmente artigos científicos. O instrumento de coleta de dados a ser utilizado foi um questionário digital, durante 3 meses, por meio da ferramenta “*Google forms*” distribuído via mídias sociais (*whatsapp e facebook*), estruturado em três seções:

- a) Seção 1 - Dados socioeconômicos e demográficos: composto por 14 perguntas objetivas e subjetivas, com finalidade de levantar o perfil socioeconômico, envolvendo assuntos sobre idade, ingresso no CBMPB, gênero, estado civil, patente, unidade onde exerce atividade, renda, tipo de moradia.
- b) Seção 2 – Nível de endividamento: buscando caracterizar perfil da dívida através de 9 questões objetivas sobre uso de cartões de crédito, utilização de cheque especial, empréstimos e financiamentos; o quanto da renda destina-se a estas modalidades de crédito e se possui restrições junto a alguma entidade de proteção ao crédito.
- c) Seção 3 - Educação e planejamento financeiro: são 8 perguntas que procura levantar o nível de educação financeira, gastos, se os respondentes realizam algum planejamento financeiro, se possui reservas emergenciais, se compram por impulso, se conseguem identificar juros em compras, se procuram informações sobre educação financeira, se em algum momento da vida militar receberam alguma instrução sobre o assunto e se acham importante receber este tipo de conhecimento no âmbito do CBMPB.

No primeiro momento tendo em vista a dificuldade na participação voluntária da grande maioria do público alvo, o questionário foi confeccionado e realizado um pré-teste com cinco militares da 1ª CIBM na cidade de Cabedelo, com a finalidade

de correções ajustes de acordo com as dificuldades de interpretação dos respondentes.

Os ajustes foram realizados nas questões 1.1 (referente idade) e 1.2 (ano de ingresso na corporação), que deixaram de ser de resposta subjetiva para lista suspensa, visando otimizar tabulação dos dados; e a questão 3.2 (comportamentos relacionados ao planejamento financeiro), devido a dificuldade dos entrevistados no pré-teste em entender a escala utilizada, passando a ser distribuída em 5 níveis (nunca, raramente, as vezes, muitas vezes e sempre).

Durante o processo de análise dos dados foi necessário criar intervalos nas alternativas das questões 1.1(referente idade) , 1.2 (ano de ingresso na corporação), 1.3 (local de trabalho), 1.4 (patentes), 1.5 (cidade onde mora) e 1.6 (bairro onde mora), visando diminuir a pulverização dos dados. Nas questões 3.2 (comportamentos relacionados ao planejamento financeiro) e 3.4 (fonte onde buscou conhecimento sobre educação financeira), foram criados subitens para facilitar a tabulação. No processamentos dos dados foram elaboradas tabelas explicativas realizado o cruzamento de variáveis afim de atingir os objetivos específicos.

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da amostra são os membros do CBMPB, que segundo dados do portal Sagres online, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCEPB), referentes a novembro de 2018 o efetivo do CBMPB é de 1257 militares incluindo os militares da reserva, oficiais e praças, entre homens e mulheres. A amostra é classificada como não probabilística e escolhida pelo critério de acessibilidade, onde 110 participaram da pesquisa.

3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este projeto de pesquisa delimitou-se em colher informações acerca da influência da falta de planejamento financeiro, no escopo da educação financeira, sobre o nível de endividamento pessoal, tendo como referência os militares estaduais do Corpo de Bombeiros da Paraíba, lotados nas sedes do comando geral, de suas diretorias, dos três CRBM e das catorze unidades espalhadas pelo Estado.

4 ANALISE DOS RESULTADOS

A seguir apresenta-se os principais aspectos dos dados coletados, divididos em três seções; perfil socioeconômico, nível de endividamento e educação financeira e planejamento financeiro.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS RESPONDENTES

Afim de alcançar o objetivo específico de identificar o perfil socioeconômico dos respondentes, levantou-se na tabela 02 as informações sobre idade, ano de ingresso, região de trabalho, patente, cidade, estado civil, escolaridade, quantidade de filhos, quantidade de pessoas por moradia, renda familiar, renda individual e tipo de moradia.

Ao relacionar as quantidades de respostas dos itens com o total de respondentes, verifica-se que 67,27% tem idade entre 29 e 39 anos e 14,55% entre 40 e 50 anos, o que caracteriza um público amadurecido. O que se refere ao ano de ingresso a maioria entrou no CBMPB entre os anos de 2003 e 2010, (entre 9 e 15 anos de tempo de serviço). Quanto ao local de trabalho a maioria exerce suas atividades laborais no comando geral e na 1ªCRBM, que compreende as unidades operacionais de João Pessoa e Mamanguape somando 71,82% dos bombeiros que participaram da pesquisa.

No que corresponde a patente, posto alcançado ao longo da carreira, a categoria dos praças representou a maioria, com 34,55% entre os subtenentes e sargentos, 34,55% cabos e soldados, os oficiais subalternos (aspirantes, 1º e 2º tenentes) atingiram 15,45% do total da amostra. Quando questionados sobre a cidade onde moram, 51,82% responderam que residem em João Pessoa, considerando neste contexto a região metropolitana este percentual atinge 73,64%.

Os respondentes do masculino representam 87,27% do total dos bombeiros militares questionados. Em relação ao estado civil a maior parcela dos entrevistados, 72,73% encontram-se casados. A respeito da escolaridade, verifica-se que 40,91% possui nível superior completo. Dos pesquisados, 69,82% possui pelo menos 1 filho (sendo que 29,09% com um filho e 29,09% com 2 filhos) e 30,91% não possui filho. No tocante a renda familiar, a maioria possui R\$3.816,00 a 5.724,00 e até R\$

3.816,00 de renda individual. Correspondente a quantidade de pessoas por moradia, 64,55% responderam entre 3 e 4 pessoas por residência. E observa-se que 69,09% dos respondentes, moram em casa ou apartamento próprio.

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos bombeiros militares da Paraíba (continua)

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
IDADE	De 18 a 28 anos	15	13,64%
	De 29 a 39 anos	74	67,27%
	De 40 a 50 anos	16	14,55%
	De 51 a 61 anos	5	4,55%
ANO DE INGRESSO	1978 a 1985	1	0,91%
	1986 a 1993	15	13,64%
	1994 a 2002	16	14,55%
	2003 a 2010	47	42,73%
	2011 a 2018	31	28,18%
REGIÃO DE TRABALHO	QCGBM (diretorias e CIOP)	38	34,55%
	1ª CRBM	41	37,27%
	2ª CRBM	7	6,36%
	3ª CRBM	24	21,82%
PATENTE	Oficiais Superiores e Intermediários (Cel, Tcel, Maj e Cap)	10	9,09%
	Oficiais Subalternos (1º Tenente, 2º Tenente e aspirantes)	17	15,45%
	Subtenentes e sargentos	38	34,55%
	Cabos e soldados	38	34,55%
	Alunos (CFO, CFS, CFC, CFSD)	7	6,36%
CIDADE	João Pessoa	57	51,82%
	Região metropolitana de João Pessoa	24	21,82%
	Campina Grande	10	9,09%
	Outras cidades do Interior	14	12,73%
	Cidades de outros Estados	5	4,55%
GÊNERO	Masculino	96	87,27%
	Feminino	14	12,73%
ESTADO CIVIL	Solteiro (a)	15	13,64%
	Casado (a)	80	72,73%
	União estável	11	10,00%
	Outro	4	3,64%
ESCOLARIDADE	Fundamental completo	1	0,91%
	Ensino médio incompleto	3	2,73%
	Ensino médio completo	12	10,91%
	Superior incompleto	32	29,09%
	Superior completo	45	40,91%
	Pós-Graduação (especialização, mestrado, doutorado, ...)	17	15,45%
QUANTIDADE DE FILHOS	Nenhum	34	30,91%
	1	32	29,09%
	2	32	29,09%
	3	7	6,36%
	4	4	3,64%
	Mais de 4	1	0,91%
PESSOAS POR MORADIA	1	8	7,27%
	2	23	20,91%
	3	37	33,64%
	4	34	30,91%
	Mais de 4	8	7,27%
RENDIA FAMILIAR	Até 4 salário (R\$3.816,00)	17	15,45%

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	(conclusão)	
		QUANTIDADE	PERCENTUAL
RENDA INDIVIDUAL	De 4 e 6 Salários (R\$ 3.816,00 - R\$ 5.724,00)	38	34,55%
	De 6 e 8 Salários (R\$ 5.724,00 - R\$ 7.632,00)	24	21,82%
	De 8 e 10 Salários (R\$ 7.632,00 - R\$ 9.540,00)	15	13,64%
	Mais de 10 salários (R\$ 9.540,00)	16	14,55%
	Até 4 salários (R\$3.816,00)	47	42,73%
	De 4 e 6 Salários (R\$ 3.816,00 - R\$ 5.724,00)	32	29,09%
	De 6 e 8 Salários (R\$ 5.724,00 - R\$ 7.632,00)	21	19,09%
	De 8 e 10 Salários (R\$ 7.632,00 - R\$ 9.540,00)	8	7,27%
	Mais de 10 salários (R\$ 9.540,00)	2	1,82%
MORADIA	Casa ou apartamento próprio	76	69,09%
	Casa ou apartamento alugado	29	26,36%
	Outro	5	4,55%
TOTAL		110	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Em comparação com pesquisa de Silva *et al* (2014) realizada com 112 policiais do Estado de Minas Gerais (total aproximado com esta pesquisa de 110 bombeiros militares), onde 95% é do sexo masculino; 65% encontram-se na faixa de idade de 26 a 41 ano; 65,2% são casados. Estes dados corroboram com esta pesquisa que apresenta a maioria dos respondentes possuem características semelhantes aos mencionados.

No quesito escolaridade e numero de pessoas com quem residem, no estudo de Loch (2018), com 172 servidores da secretaria de saúde de Forquilha, Santa Catarina, 63% possui o ensino médio completo (nesta pesquisa apenas 10,91%) e 58% responderam que residem com 3 a 4 pessoas, situação semelhante a deste estudo onde maioria das residências tem entre 3 e 4 pessoas.

Ainda com referência à pesquisa de Loch (2018) apresenta outras aproximações com este trabalho, a maioria dos respondentes são casados e tem idade entre 28 e 38 anos, porem divergindo com relação ao gênero, com 93% do sexo feminino.

4.2 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Nas tabelas 3 a 12 serão apresentados os dados sobre da análise de perspectiva de endividamento dos respondentes, se possui cartão de crédito, empréstimos, financiamentos, se faz uso de cheque especial, se estão listados nos órgãos de proteção ao crédito e cruzamento dados socioeconômicos com valores destinados com empréstimos.

Na análise da tabela 3, observa-se que 106 dos respondentes, 96,36% possuem pelo menos 1 cartão de crédito. E 89 dos questionados possui empréstimos ou financiamentos o que corresponde a 80,91% do total da amostra. Entretanto 70% não fazem uso de cheque especial e 63,64% não está ou nunca esteve com o nome nos registros de órgãos de proteção ao crédito.

Tabela 3 – Fatores do endividamento dos bombeiros militares

VARIÁVEL	SIM	NÃO
CARTÃO DE CRÉDITO	96,36%	3,64%
CHEQUE ESPECIAL	30,00%	70,00%
EMPRÉSTIMO OU FINANCIAMENTOS	80,91%	19,09%
LISTADOS EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO	36,36%	63,64%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Os militares do CBMPB conforme a tabela 4, que responderam possuir cartão de crédito, 37 estão ou estiveram com nome nas listas de não pagadores dos órgãos de proteção ao crédito, o que representa um percentual de 33,64%. No trabalho de Silva, Silva Neto e Araújo (2017), realizado com servidores da Justiça Federal da Paraíba, sobre o tipo de dívida o item mais expressivo foi o cartão de crédito, cujo o percentual foi de 81%.

Tabela 4 – Uso do cartão de crédito x SERASA

USO DO CARTÃO	REGISTROS EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SERASA)		Total
	Sim	Não	
Sim	33,64%	62,73%	96,36%
Não	2,73%	0,91%	3,64%
Total	36,36%	63,64%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Na tabela 5 verifica-se que 34,55% dos respondentes que contraíram empréstimos ou financiamentos estão ou estiveram no rol dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito. Soares, Cavalhero e Trevisan (2017) realizaram uma pesquisa de diagnóstico com servidores públicos estaduais de Santa Catarina com

empréstimo consignado, averiguou que 56.830 dos servidores possuem o empréstimo, onde 13.582 (60,44% do total geral de militares) tem empréstimos consignados.

Tabela 5 – Empréstimos ou financiamentos X SERASA

EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS	REGISTROS EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SERASA)		Total
	Sim	Não	
Sim	34,55%	46,36%	80,91%
Não	1,82%	17,27%	19,09%
Total	36,36%	63,64%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Na tabela 6 constata-se que 49,09% do público pesquisado gasta entre 1001 e 4000 reais com cartão de crédito, as pessoas com renda até R\$3.816,00 em relação a faixa de gasto citada correspondem a 16,36%. Passando para uma faixa de gasto de R\$701,00 a R\$1.000,00 permanece os indivíduos com salários até R\$3.816,00, tomando este último valor como base para renda e R\$1.000,00 para cartões, temos um comprometimento de aproximadamente 26% dos salários.

Tabela 6 – Renda individual x gastos com cartão

RENDA INDIVIDUAL	VALOR DA RENDA INDIVIDUAL DESTINADO A CARTÃO						Total
	Não possui	Entre 100 a 400 reais	Entre 401 a 700 reais	Entre 701 a 1000 reais	Entre 1001 a 4000 reais	Mais de 4000 reais	
Ate 3816 reais	2,73%	6,36%	5,45%	11,82%	16,36%	0,00	42,73%
De 3816 a 5324 reais	0,00	3,64%	4,55%	4,55%	14,55%	1,82%	29,09%
De 5724 a 7632 reais	0,00	0,91%	0,00	5,45%	10,91%	1,82%	19,09%
De 57632 a 9540 reais	0,00	0,00	0,00	0,00	6,36%	0,91%	7,27%
Mais de 9540 reais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91%	0,91%	1,82%
Total	2,73%	10,91%	10,00%	21,82%	49,09%	5,45%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

A análise da tabela 7 é visto que dos bombeiros militares paraibanos com menores rendas individuais (salários) possuem maior comprometimento dessa com empréstimos ou financiamentos, totalizando 35,45% dos que recebem até 4 salários tem empréstimos ou financiamentos. A pesquisa de Silva *et al* (2014) onde os policiais entrevistados (36,61% dos 112) que recebem até R\$ 2000,00 possuem mais de um financiamento. Estes dados quando comparados com as informações

obtidas neste trabalho apresentam semelhanças, quanto menor a renda maior a busca por recursos de terceiros.

Tabela 7 – Renda individual x empréstimos ou financiamentos

RENDA INDIVIDUAL	EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS		Total
	Sim	Não	
Até 4 salários (R\$3.816,00)	35,45%	7,27%	42,73%
De 4 e 6 Salários (R\$ 3.816,00 - R\$ 5.724,00)	22,73%	6,36%	29,09%
De 6 e 8 Salários (R\$ 5.724,00 - R\$ 7.632,00)	14,55%	4,55%	19,09%
De 8 e 10 Salários (R\$ 7.632,00 - R\$ 9.540,00)	6,36%	0,91%	7,27%
Mais de 10 salários (R\$ 9.540,00)	1,82%	0,00%	1,82%
Total	80,91%	19,09%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

No cruzamento de dados entre renda individual e gastos com financiamentos verifica-se na tabela 8, que na faixa de renda com maior representação (42,73%), 10% dos entrevistados destinam entre 401 a 600 reais para esta modalidade de crédito. Fazendo uma análise análoga a da tabela 5, para determinar o comprometimento da renda obtém-se 15,72% dos salários são empregados para pagamentos de financiamentos. Observa-se ainda que 27,27% gastam mais de 801 reais, onde 9,09% estão na faixa de renda individual entre R\$ 5.724,00 a R\$7.632,00.

Tabela 8 – Renda individual x gastos com financiamentos

RENDA INDIVIDUAL	VALOR DA RENDA INDIVIDUAL DESTINADO A FINANCIAMENTOS						Total
	Não possui	até 200 reais	Entre 201 a 400 reais	Entre 401 a 600 reais	Entre 601 a 800 reais	Mais de 801 reais	
Ate 3816 reais	12,73%	9,09%	3,64%	10,00%	2,73%	4,55%	42,73%
De 3816 a 5324 reais	8,18%	3,64%	3,64%	4,55%	2,73%	6,36%	29,09%
De 5724 a 7632 reais	3,64%	3,64%	0,00	1,82%	0,91%	9,09%	19,09%
De 7632 a 9540 reais	0,91%	0,91%	0,00	0,00	0,00	5,45%	7,27%
Mais de 9540 reais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,82%	1,82%
Total	25,45%	17,27%	7,27%	16,36%	6,36%	27,27%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

A tabela 9 mostra que 11,82% dos 110 militares gastam mais de 801 reais com empréstimos com relação a faixa de salários até 3.816 reais. Levando em consideração que o limite da faixa de renda individual da maior parte da amostra é R\$ 3.816,00, verifica-se que mais de 21% dos salários dos bombeiros é destinado a

quitar parcelas dos empréstimos, considerando o limite superior da citada faixa de gastos.

Pesquisa realizada com servidores federais da Universidade Federal de Viçosa em Minas Gerais, identificou-se que mais de 50% dos técnicos administrativos entrevistados tinha endividamento excessivo, com empenho da renda mensal com dívidas acima a 30%. (GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015).

Tabela 9 – Renda individual x gastos com empréstimos

RENDA INDIVIDUAL	VALOR DA RENDA INDIVIDUAL DESTINADO A EMPRÉSTIMOS						Total
	Não possui	até 200 reais	Entre 201 a 400 reais	Entre 401 a 600 reais	Entre 601 a 800 reais	Mais de 801 reais	
Ate 3816 reais	9,09%	5,45%	5,45%	6,36%	4,55%	11,82%	42,73%
De 3816 a 5324 reais	7,27%	3,64%	2,73%	4,55%	2,73%	8,18%	29,09%
De 5724 a 7632 reais	5,45%	1,82%	1,82%	0,91%	0,00	9,09%	19,09%
De 57632 a 9540 reais	0,91%	1,82%	0,00	0,00	0,00	4,55%	7,27%
Mais de 9540 reais	0,91%	0,91%	0,00	0,00	0,00		1,82%
Total	23,64%	13,64%	10,00%	11,82%	7,27%	33,64%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

As tabelas de 10 a 12 seguir detalham quanto é destinado com empréstimos de acordo com variáveis socioeconômicas. Na tabela 10 dos militares que se enquadram na faixa de gastos com empréstimos entre 601 a 800 reais na tabela 9, 35,45% do total de respondentes tem idade entre 29 a 39 anos. Em todas as faixas etárias consultadas, 2,73% não comprometem os proventos com empréstimos. Os servidores com idade mais avançada (50 a 61 anos) comprometem menos sua renda com empréstimos, 4,55% do total da amostra.

Na pesquisa realizada por Soares, Cavalhero e Trevisan (2017), os servidores com idade entre 51 e 60 anos estavam com parte de sua renda vinculadas com empréstimos, divergindo desta pesquisa que aponta o público mais experiente possui um melhor controle da renda.

Tabela 10 – Gastos com empréstimos x idade

(continua)

VALOR DESTINADO COM EMPRESTIMO	IDADE				Total
	18 a 28	29 a 39	40 a 50	51 a 61	
Não possui	0,00%	1,82%	0,91%	0,00%	2,73%
Até 200 reais	0,91%	6,36%	2,73%	0,91%	10,91%
De 201 a 400 reais	1,82%	6,36%	1,82%	0,00%	10,00%
De 401 a 600 reais	3,64%	14,55%	1,82%	1,82%	21,82%

(conclusão)					
VALOR DESTINADO COM EMPRESTIMO	IDADE				Total
	18 a 28	29 a 39	40 a 50	51 a 61	
De 601 a 800 reais	7,27%	35,45%	4,55%	1,82%	49,09%
Mais de 801 reais	0,00%	2,73%	2,73%	0,00%	5,45%
Total	13,64%	67,27%	14,55%	4,55%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Na tabela 11 as patentes, foram distribuídas em, que se refere a alunos de cursos de formação de oficiais, de sargentos, de cabos e soldados. Verifica-se que as patentes inferiores na linha hierárquica, ou seja, que operacionalmente realizam funções de execução, subtenentes e sargentos (15,45%) seguidos dos cabos e soldados (14,55%), gastam entre R\$ 601,00 e R\$ 800,00 com empréstimos.

Tabela 11 - Gastos com empréstimos x patente

VALOR DESTINADO COM EMPRESTIMO	PATENTE					Total
	OF.SUP. e INTER.	OF.SUBALT.	ST E SGT	CB E SD	AL	
Não possui	0,00%	0,00%	0,91%	1,82%	0,00%	2,73%
Até 200 reais	0,00%	0,00%	5,45%	4,55%	0,91%	10,91%
De 201 a 400 reais	0,00%	0,91%	2,73%	5,45%	0,91%	10,00%
De 401 a 600 reais	0,91%	1,82%	9,09%	8,18%	1,82%	21,82%
De 601 a 800 reais	6,36%	10,00%	15,45%	14,55%	2,73%	49,09%
Mais de 801 reais	1,82%	2,73%	0,91%	0,00%	0,00%	5,45%
Total	9,09%	15,45%	34,55%	34,55%	6,36%	100,00%

Fonte: Oficiais superiores e intermediários – OF. SUP. E INTER; oficiais subalternos – OF. SUBALT; subtenentes e sargentos – ST E SGT; cabos e soldados – CB E SD; alunos – AL.

Elaborado pelo autor (2019)

Considerando que o número de homens questionados é cerca de 7 vezes maior que o de mulheres, na tabela 12 foi feita uma análise vertical, e notou-se que 48,96% das 96 pessoas (87,27% do total geral) do sexo masculino, e 50% das 14 pessoas do sexo feminino, destinam entre 601 a 800 reais com empréstimos, ou seja, em suas proporções ambos os sexos tem praticamente os mesmos hábitos com relação a empréstimos.

Na pesquisa realizada por Soares, Cavalhero e Trevisan (2017), também não encontrou predominância neste quesito, onde 51% dos servidores e 49% das servidoras ativas possuíam empréstimos, mas este equilíbrio não foi mantido no que se relaciona as servidoras inativas, onde 63% afirmam ter empréstimos consignados.

Tabela 12 - Gastos com empréstimos x gênero

VALOR DESTINADO COM EMPRESTIMO	GÊNERO		Total
	MASCULINO	FEMININO	
Não possui	3,13%	0,00%	2,73%
Até 200 reais	10,42%	14,29%	10,91%
De 201 a 400 reais	9,38%	14,29%	10,00%
De 401 a 600 reais	21,88%	21,43%	21,82%
De 601 a 800 reais	48,96%	50,00%	49,09%
Mais de 801 reais	6,25%	0,00%	5,45%
Total	87,27%	12,73%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor (2019)

4.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Nas tabelas 13 a 15 constata que a maioria dos investigados fazem uso consciente da renda 57,27% “gastam menos do que ganham” ,28,18% usam toda sua renda, que segundo Godoy, Medina e Gazel Júnior (2006) o volume das dívidas em relação as receitas devem gerar sobras de caixa.

Na tabela 13 os subtenentes e sargentos representam 19,09% do total de entrevistados que “gastam menos do que ganham”, os oficiais subalternos (aspirantes, 1º e 2º tenentes) 11,82% e os cabos e soldados 15,45%. No entanto esta última categoria tende a “gastar igual ao que ganham” apresentando um percentual de 13,45% do número de pesquisados.

Tabela 13 - Patente x uso equilibrado dos recursos financeiros

GASTOS	PATENTE					Total
	OF. SUP. E INTER	OF. SUBALT.	ST E SGT	CB E SD	AL	
Gasta mais do que ganha	1,82%	0,91%	6,36%	5,45%	0,00%	14,55%
Gasta igual ao que ganha	1,82%	2,73%	9,09%	13,64%	0,91%	28,18%
Gasta menos do que ganha	5,45%	11,82%	19,09%	15,45%	5,45%	57,27%
Total	9,09%	15,45%	34,55%	34,55%	6,36%	100,00%

Fonte: Oficiais superiores e intermediários – OF. SUP. E INTER; oficiais subalternos – OF. SUBALT; subtenentes e sargentos – ST E SGT; cabos e soldados – CB E SD; alunos – AL.
Elaborado pelo autor (2019)

.Assim como na tabela 13, o que ocorreu com a patente de cabos e soldados, a tabela 14 apresenta os militares com curso “superior incompleto” com comportamento de “gastar igual ao que ganha”, com 11,82% dos 110 bombeiros militares pesquisados. Os que possui nível superior completo 29,09% tem o hábito de “gastar menos do que ganha”.

Na pesquisa de diagnóstico de Silva *et al* (2017), ressalta um predomínio de servidores endividados com elevado nível de formação, dos 56.830 que fazem parte do universo pesquisado 21,55% tem nível superior e 28,85% tem pós-graduação, o que destoa deste trabalho.

Tabela 14 - Escolaridade x uso equilibrado dos recursos financeiros

GASTOS	ESCOLARIDADE						Total %
	FUND. INCOM P.	MÉDIO INCOM P.	MÉDIO COMP.	SUP. INCOMP.	SUP. COMP.	PÓS-GRAD.	
Mais do que ganha	0,00	0,91%	2,73%	2,73%	4,55%	3,64%	14,55
Igual ao que ganha	0,00	0,91%	2,73%	11,82%	7,27%	5,45%	28,18
Menos do que ganha	0,91%	0,91%	5,45%	14,55%	29,09%	6,36%	57,27
Total	0,91%	2,73%	10,91%	29,09%	40,91%	15,45%	100,00

Fonte: Fundamental incompleto – FUND. INCOMP.; médio incompleto – MÉDIO INCOMP.; médio completo – MÉDIO COMP.; superior incompleto – SUP. INCOMP.; superior completo – SUP. COMP.; pós-graduação – PÓS-GRAD.
Elaborado pelo autor (2019)

No verificado na tabela 15 a respeito da “renda individual” onde a representatividade está na faixa de salários até 3.816 reais, 14,55% e 10,91 % referente a faixa de 3.816 a 5.724 reais de “renda familiar”, gastam igual ao que ganham. Este fato é preocupante tendo em vista que quando os recursos são suficientes apenas para pagar o total das dívidas, as pessoas estão mais propícias a gastar mais do que ganham, principalmente em situações emergenciais vindo a padecer com a cobrança de juros, segundo com Godoy, Medina e Gazel Júnior (2006).

Tabela 15- Uso equilibrado da renda individual e familiar

	RENDA INDIVIDUAL Até R\$3.816,00	RENDA FAMILIAR Entre R\$3.816 a R\$5.724,00
Gasta mais do que ganha	8,18%	4,55%
Gasta igual ao que ganha	14,55%	10,91%
Gasta menos do que ganha	20,00%	19,09%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

As tabelas 16 e 17 apresenta relação da patente e da escolaridade com as respostas, se os bombeiros já tiveram ao longo de suas vidas alguma informação sobre a importância planejamento e controle financeiro.

Observa-se na tabela 16, que de modo geral 85,45% que responderam o questionário já obtiveram informação sobre a importância da realização de

planejamento e controle financeiro. Ainda se percebe que a totalidade dos respondentes de patente de oficial superior e intermediário (coronel, tenente coronel, major e capitão), 9,09%, dizem ter informação sobre importância do planejamento financeiro em algum momento de suas vidas. Dos praças (subtenentes, sargentos, cabos e soldados), 58,18% tiveram mesmas respostas que os oficiais superiores e intermediários.

Tabela 16 – Patente x conhecimento sobre planejamento financeiro

INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	PATENTE					Total
	OF. SUP. E INTER	OF. SUBALT.	ST E SGT	CB E SD	AL	
SIM	9,09%	12,73%	28,18%	30,00%	5,45%	85,45%
NÃO	0,00%	2,73%	6,36%	4,55%	0,91%	14,55%
Total	9,09%	15,45%	34,55%	34,55%	6,36%	100,00%

Fonte: Oficiais superiores e intermediários – OF. SUP. E INTER; oficiais subalternos – OF. SUBALT; subtenentes e sargentos – ST E SGT; cabos e soldados – CB E SD; alunos – AL.

Elaborado pelo autor (2019)

Com relação a escolaridade 37,27% dos investigados com curso superior completo recebeu alguma informação sobre importância do planejamento financeiro na tabela 17. No estudo realizado por Silva, Silva Neto e Araújo (2017), onde classificou o nível de educação financeira em baixo, médio e alto. Com relação a escolaridade prevaleceu um nível médio de educação financeira para os servidores da Justiça Federal da Paraíba com pós-graduação. Nesta pesquisa apenas 13,64% dos pesquisados com pós-graduação julga ter algum conhecimento relativo a educação financeira, o que chama atenção pelo o nível de instrução, onde se esperava que buscassem mais sobre formas adequadas de lidar com dinheiro.

Tabela 17 – Escolaridade x conhecimento sobre planejamento financeiro

INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	ESCOLARIDADE						Total
	FUND. INCOMP	MÉDIO INCOMP	MÉDIO COMP.	SUP. INCOMP.	SUP. COMP.	PÓS-GRAD.	
SIM	0,91%	1,82%	8,18%	23,64%	37,27%	13,64%	85,45%
NÃO	0,00	0,91%	2,73%	5,45%	3,64%	1,82%	14,55%
Total	0,91%	2,73%	10,91%	29,09%	40,91%	15,45%	100,00%

Fonte: Fundamental incompleto – FUND. INCOMP.; médio incompleto – MÉDIO INCOMP.; médio completo – MÉDIO COMP.; superior incompleto – SUP. INCOMP.; superior completo – SUP. COMP.; pós-graduação – PÓS-GRAD.

Elaborado pelo autor (2019)

Ao analisar a tabela 18 verificou-se que dos bombeiros militares que responderam ter recebido em algum momento da vida informação sobre planejamento e controle financeiro, 63 pessoas (57,27% dos 110 pesquisados), 70 (63,63%%) disseram ter buscado ajuda de parentes e 78 (70,9%) por outros meios, como palestras, cursos, universidade.

No estudo de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) realizado com bombeiros e policiais civis de Ponta Grossa, a maioria dos entrevistados (41,96%) informou ter procurado auxílio com parentes ao responder sobre a fonte de informação de como gastar o seu dinheiro, o que discorre com este trabalho.

Tabela 18 – Fonte das informações sobre planejamento financeiro

FONTE ONDE OBTVEU A INFORMAÇÃO	Nº DE REPOSTAS
INTERNET	22
LIVROS	63
PARENTES	70
AMIGOS	56
OUTROS (palestras, universidade, cursos, ...)	78

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Na tabela 19 os militares foram questionados com relação ao comportamento ligados a educação financeira e da aplicação planejamento financeiro. considerando como respostas positivas “muitas vezes” e “sempre”, quando questionados com a preocupação em gerenciar o salário 76% demonstraram preocupação com esta questão, referente ao hábito de anotar os gastos se posicionaram positivamente 45%, quanto a organização ao seguir o planejado, 41% responderam “muitas vezes e sempre”.

No tocante se conseguem identificar os custos de uma compra parcelada, 62% informaram que conseguem, se possuem reserva 3 vezes maior que a renda, apenas 20% se pronunciaram positivamente. Vale ressaltar que destes, 5 são oficiais superiores, porém na tabela 16 todos deste afirmam ter recebido alguma informação relativa a educação financeira.

Esta situação tende para uma divergência, se confrontada com o fato de que 85,45% ter recebido algum conhecimento de educação financeira ligado a planejamento e controle financeiro. No ato de poupar “menos” da metade se posicionou positivamente, 40%. Houve resultados positivos também relacionados a “comparar preços antes de fazer compras”, com .65% dos respondentes.

Em estudo realizado por Loch (2018), com servidores da área de saúde relacionada com planejamento financeiro 42% confirmaram ter reservas 3 vezes maior que renda recebida pelo indivíduo, 93% se dizem preocupados com administrar melhor o dinheiro. Ainda conforme dados fornecidos por Loch (2018) 83% anotam seus gastos e 95% informaram que efetuam comparação de preços.

No que se refere a informações que influenciam o endividamento “pago minhas contas sem atraso” responderam satisfatoriamente 74% dos 110 bombeiros, quanto a comprar por impulso, a grande maioria não possui este comportamento, 28% responderam “nunca” e 39% “raramente”.

Segundo Loch(2018) a compra por impulso é considerada fator para o endividamento como resultado de compras desnecessárias. Dos investigados em sua pesquisa 64% “nunca ou raramente” comprou por impulso, que se alinha com os resultados obtidos neste trabalho 67%. Já Halles, Sokowloski e Hilgemberg (2008) em sua pesquisa com bombeiros e policiais civis, 67,83% dos respondentes afirmaram ter comprado por impulso algumas vezes; 5,59%, quase sempre e 1,40% sempre. Neste caso a uma divergência no comportamento em comparação com esta pesquisa.

Tabela 19 – Perspectiva sobre planejamento financeiro e endividamento

Questionamentos	N	R	AV	MV	S
3.2.1 Preocupo-me em gerenciar melhor meu salário	2%	16%	6%	22%	54%
3.2.2 Anoto e controlo todos os meus gastos	13%	22%	20%	17%	28%
3.2.3 Sigo meu plano de gastos semanal ou mensal	12%	18%	29%	25%	16%
3.2.4 Pago minhas contas sem atraso	7%	15%	4%	19%	55%
3.2.5 Consigo identificar os custos de uma conta parcelada	11%	19%	8%	24%	38%
3.2.6 Poupo mensalmente	15%	29%	15%	15%	25%
3.2.7 Possuo reserva financeira 3 vezes maior que minha renda mensal, que possa ser usada em emergências	43%	23%	15%	5%	15%
3.2.8 Comparo preços antes de fazer compras	4%	19%	13%	22%	43%
3.2.9 Compro por impulso	28%	39%	29%	3%	1%
3.2.10 Prefiro comprar parcelado que juntar dinheiro para comprar à vista	13%	35%	27%	19%	5%

Fonte: N: nunca; R: raramente; AV: às vezes; MV: muitas vezes; S: sempre.

Elaborado pelo autor (2019)

Constata -se pela tabela 20 que 30% da amostra respondeu que “às vezes” sente necessidade de receber auxílio sobre educação financeira, 26,36% “muitas vezes” e 17,27% “sempre”. Quando perguntados se procuram sobre informações sobre planejamento financeiro, 42,73% responderam “às vezes”; 20% “muitas vezes”

e 17,27% “sempre”. Com relação ao acesso de informação sobre planejamento e controle financeiro na instituição CBMPB, 75% afirmaram que “nunca”.

De acordo com Halles, Sokowloski e Hilgemberg (2008), a maior parte dos pesquisados em seu estudo 94% externou o desejo de aprender mais sobre o assunto e 63,83% informaram necessitar de auxílio para obter mais informações sobre educação financeira.

Tabela 20 – Necessidade, busca e acesso à educação financeira no CBMPB

QUESTIONAMENTOS	N	R	AV	MV	S
3.5 Você tem necessidade em receber informações ou precisa de auxílio sobre educação financeira?	9,09%	17,27%	30,00%	26,36%	17,27%
3.6 Procura informações sobre planejamento financeiro pessoal?	7,27%	12,73%	42,73%	20,00%	17,27%
3.7 No CBMPB, em algum momento já recebeu instruções sobre planejamento e controle de finanças pessoais (durante formaturas, palestras, CFSD,CFC,CFS,CFO,CHC,CHS, CAO e outros cursos)?	75,45%	19,09%	4,55%	0,91%	0,00%

Fonte: N: nunca; R: raramente; AV: às vezes; MV: muitas vezes; S: sempre.

Elaborado pelo autor (2019)

Na pesquisa ainda foi questionado aos participantes, em uma escala de 1 a 5, onde 1 é *irrelevante* e 5 *muito importante*, se “você acha importante instruções no Corpo de Bombeiros Militar sobre Educação Financeira?”. Dos 110 respondentes, 67,27% consideraram muito importante a introdução do assunto no âmbito da instituição CBMPB.

5 CONCLUSÃO

A fim de comprovar o endividamento dos bombeiros militares da Paraíba e a importância dos conhecimentos em educação financeira, o presente trabalho caracterizou o nível de endividamento, os hábitos relacionados a educação financeira, principalmente com adoção de planejamento e controle financeiro e evidenciou a importância da introdução da educação financeira no Corpo de Bombeiros.

No perfil socioeconômico constatou-se que se trata de um público mais amadurecido e responsável, pois 81,82% na faixa de idade de 28 a 50 anos, com tempo de serviço entre 9 e 15 anos, com predominância de pessoas casadas e com pelo menos 1 (um) filho. Em geral a maioria tem nível de instrução satisfatório, ensino superior completo, residem e trabalham na capital do Estado, é do sexo masculino e com renda individual de até R\$3.816,00.

Com relação ao endividamento o público investigado possui dívidas, onde grande parte utiliza cartão de crédito e compromete sua renda com empréstimos ou financiamentos, no entanto ressalta-se que a maioria não é ou foi inadimplente 63,64%. O nível de endividamento é considerável para os militares com salários mais baixos (categoria dos praças – de soldado a subtenente), que há uma tendência inadimplência, apesar da maioria fazer uso consciente da renda “gasta menos que ganha”(20%%), o número dos indivíduos que “gastam igual ao que ganham” se aproxima do primeiro (14,5%).

A faixa de gastos com cartão de crédito são altos, chegando próximo de coincidir faixa de renda individual predominante, apesar de que, grande parte dos respondentes terem o hábito de “pagar as contas em dia”. Em todos os níveis de renda individual, os gastos com cartão de crédito de até R\$4.000,00, abrange 49,1% dos pesquisados, seguidos gastos com empréstimos por 33,6% dos entrevistados e com financiamentos atingindo 27,3% deste universo, comprometem mais de R\$ 801,00 com estas últimas modalidades de crédito.

No detalhamento de gastos com empréstimos através do cruzamento com variáveis socioeconômicas não apresentou predominância entre os gêneros neste quesito. Quanto a idade os mais novos (18 a 28 anos) e principalmente os mais velhos (acima de 51 anos) destinam menor parcela de sua renda com empréstimos.

Conclui-se na seara da educação financeira expressiva parcela dos militares do Corpo de Bombeiros 80,45% tiveram alguma informação alusiva ao assunto, associada ao planejamento financeiro.

No estabelecimento da relação deste dado com escolaridade e patente, possuidores de nível superior, subtenentes, sargentos, cabos e soldados são a maioria e os oficiais superiores em menor número, porém em sua totalidade, afirmam ter tido acesso a alguma informação relevante a educação financeira. Este fato gera divergência, pois 5 dos respondentes do posto de oficiais superiores responderam não ter reservas de emergência 3 vezes maior que sua renda.

Com relação ao planejamento financeiro os respondentes apresentaram desempenho satisfatório com base no controle de gastos, identificação dos custos de uma compra parcelada, comparação de preços antes das compras, entretanto apenas 30% possuem reservas de emergência, fator importante no planejamento financeiro.

A relevância da no cotidiano do público pesquisado é pequena, pois apenas 37,27% procura se informar sobre educação financeira. No âmbito da instituição CBMPB, a maioria afirma que o tema não é abordado, no entanto esta maioria acredita ser de extrema importância a introdução da educação financeira na formação dos militar.

Devido à dificuldade de acesso a todo o efetivo do Estado da Paraíba e a limitação de tempo, sugere-se mais pesquisas com bombeiros militares, inclusive no que se refere a influência da educação financeira na qualidade de vida, tendo em vista poucos estudo com esta categoria.

O estudo revelou que um número elevado de bombeiros militares com interesse em receber capacitação em educação financeira, com a finalidade de evitar carência futura, podem ser inseridas disciplinas referentes a educação financeira na grade curricular dos cursos de formação ministrados no CBMPB.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O endividamento do servidor público no brasil:** o caso da universidade federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Sefano Florissi. 2016. 76f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

AMADEU, João Ricardo, **A Educação Financeira e sua Influência nas Decisões de Consumo e Investimento:** proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. Orientadora: Ivone Tambelli Schmidt. 2009.91f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/tede/820> . Acesso em: janeiro 2019.

ANDRADE, Maria M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico.** 10. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

ARANTES, Thiago Maciel; ROCHA, Bruno de Paula. Eficiência dos bancos brasileiros e os impactos da crise financeira global de 2008. In: ANPEC, 40., **Anais [...]**. 2012, Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_l/i7-86ea8cbb7078fccc8ed41b25bdde1887.pdf. Acesso em: janeiro 2019.

AVDZEJUS, Érica Elena, SANTOS, Assuele Cerqueira dos, SANTANTA, Juliane Oliveira de Endividamento precoce: Uma Análise da Concessão de Crédito e dos Fatores que Influenciam no Endividamento de Jovens Universitários da Faculdade UNIME no Município de Lauro de Freitas/BA. ,In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9.,2012,Resende. **Anais [...]** Resende, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas monetárias e de crédito**, 2019. Disponível em:<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>.Acesso em: fevereiro 2019.

BARBOSA, J. da S.; SILVA, M. A. da; PRADO, R. A. D. P. do. Orçamento doméstico: sondagem de opinião do consumidor no Pontal do Triângulo Mineiro. CONVIBRA ADMINISTRAÇÃO,9.,2014. **Anais[...]** Congresso Virtual Brasileiro de Administração.2014. Disponível em: http://www.convibra.org/upload/paper/2013/33/2013_33_5145.pdf . Acesso em: fevereiro 2019.

BEUREN, Ilse Maria; COLAUTO, Romualdo Douglas. **Coleta, Análise e Interpretação dos dados.** In: **BEUREN, Ilse Maria (org.)**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BORGES, Luísa. **Salve seu bolso:** o mais completo guia para antes, durante e depois da compra. São Paulo: Petrópolis, 1999.

BORTOLUZZI, Daiane Antonini; BOLIGON, Juliana Andrea Rudell; HOLLVEG, Sheila Daiana Severo; MEDEIROS, Flaviana Souto Bolzan, Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Revista Perspectiva**. Rio Grande do Sul. v.39,n146,p. 111-123, 2015. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf . Acesso em: janeiro 2019

BRASIL, Lei nº 1.046, de 02 de janeiro de 1950. Disposição sobre a consignação em folha de pagamento.

BRAUNSTEIN, Sandra; WELCH, Carolyn. **Financial literacy**: an overview of practice, research, and policy. Federal Reserve Bulletin, 2002.

Brasileiros começam 2019 mais endividados e inadimplentes, diz CNC. Diário Comercio Indústria & Serviços – DCI, 2019. Disponível em: <https://www.dci.com.br/economia/brasileiros-comecam-2019-mais-endividados-e-inadimplentes-diz-cnc-1.777770>. Acesso em: fevereiro 2019.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Maurilio Barbosa e SILVA, Fernanda Cristina da. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 9.,2009. São Paulo. **Anais[...]**.XII SEMEAD. FEA-USP. São Paulo, 2009.

CERBASI, Gustavo Petrasunas. **Dinheiro: Os segredos de quem tem**. 2.ed. São Paulo: Gente, 2003.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**: inteligência pessoal na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Cartilha sobre educação financeira, Programa de voluntariado da classe contábil-PVCC, Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro – CRCRJ. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.crc.org.br/images/pvcc/Cartilha%20PVCC%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20v4.pdf>. Acesso em: dezembro 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**.2018Disponível em:http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_setembro_2018_0.pdf. Acesso em: fevereiro 2019.

Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje, **Serasa Experian**, 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/consultaserasa/blog/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje> . Acesso em: março 2019.

EIFERT, Daniel Soares. **Análise quantitativa na concessão de crédito versus inadimplência**: um estudo empírico. 2003.Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3533/000389479.pdf>. Acesso em: fevereiro 2019.

FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo; SOUZA, Antônio Carlos de. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça. **Modelagem de equações estruturais aplicadas a propensão ao endividamento**: uma análise de fatores comportamentais. Orientadora: Kelmara Mendes Vieira. 2012. 192f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREITAS, M. C. P. de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GODOY, José.; MEDINA, Luiz Gustavo; GAZEL JUNIOR, Marco Antonio. **Investindo sem erro**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; MIRANDA, Ingrid de Andrade. Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais: um estudo na Universidade Federal de Viçosa – campus rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, Viçosa, v. 11, n. 2, p.24-49, 2015. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/228/332>. Acesso em: abril 2019.

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**, 2008. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf. Acesso em: dezembro 2018

KERR, Roberto Borges. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

LOCH, Maiara. **Finanças pessoais**: o comportamento financeiro dos servidores públicos efetivos da secretaria de saúde do município de Forquilha. Orientador: Realdo de Oliveira da Silva. 2018. 21f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton., **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: o programa de educação financeira do Banco do Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. Orientadora: Sueli Angélica do Amaral.2007.214f. Dissertação(Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília,2007.

MOSCA, Aquiles. **Finanças comportamentais**: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PARAÍBA. Decreto nº 35.554, de 01 de novembro de 2011. Dispõe sobre a averbação de consignações em folha de pagamento, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, ato do governador, João Pessoa, 01 nov. 2011.

PARAÍBA. Lei nº 3.909, de 14 de julho de 1977. Dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do Estado da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, ato do governador, João Pessoa, 14 jul. 1977.

PARAÍBA, da Lei nº 8.443, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, fixa o seu efetivo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, João Pessoa, 28 dez. 2007.

PARAÍBA, da Lei nº 8.444, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, João pessoa, 28 dez.2007.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação financeira e previdenciária**: a nova fronteira dos fundos de pensão. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

QUEIROZ, Elisama Helen, VALDEVINO, Rosângela Queiroz, OLIVEIRA, Auris Martins. A contabilidade na gestão das finanças pessoais: um estudo comparativo entre discentes do curso de Ciências Contábeis. **Revista Conhecimento Contábil**, v.1, n1, p. 1-19, 2015. Disponível em: <http://ojs.uern.br/index.php/ccontabil/article/view/1424>. Acesso em: dezembro 2018

QUITANA, Alexandre, PACHECO, Katiani Velleda. Educação financeira e sua contribuição para um orçamento familiar sustentável. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 16., 2017.**Anais[...]**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado, 2017.Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/XVICCRS/trabalhos_cientificos/865_educacao_financeira_orcamento_familiar.pdf . Acesso em: dezembro 2018

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.

41, n. 6, p. 1133-1137, 2007. Disponível em: <http://w.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>. Acesso em dezembro de 2018

SILVA, Jucyara Gomes da; SILVA NETO, Odilon Saturnino; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro da Cunha. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista evidênciação contábil & finanças**, João Pessoa, v.5, n.2, p. 104-120, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin> . Acesso em: fevereiro 2019.

SILVA, J. T. L.; SOUZA, D. A.; FAJAN, F. D. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento dos alunos universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12. 2015. Rio de Janeiro. **Anais[...]** Rio de Janeiro: AEDB, 2015.

SILVA, Flaviani Costa; GOULART SILVA, Jussara.; AUXILIADORA DA SILVA, Marli; Rejane Alexandrina Pereira Domingues. Planejamento financeiro: uma análise do perfil de servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais, In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTIFICA EM CONTABILIDADE, 5. 2014. **Anais[...]** Santa Catarina: UFSC, 2014. Disponível em: http://www.dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/984/20140413144923.pdf . Acesso em: dezembro de 2018.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Consumistas: do consumismo à propulsão por compras**. São Paulo: Globo. 2014. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-mentes-consumistas-ana-beatriz-barbosa-silva-em-pdf-epub-e-mobi/>. Acesso em: fevereiro 2019.

SOARES, Júnia Rosa, CARVALHERO, Alexandre, TREVISAN, Rafaela Luiza, Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de santa Catarina. In CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 10. 2017. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-07_03.pdf . Acesso em: janeiro 2019.

SOUZA, Dinauri da Rocha, **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação na UnB**. Orientador: Jorge Madeira Nogueira. 2015, 87f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio, BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre, SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimentos e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v.9, n.3, P. 61-86, 2011.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. Orientador: Roy Martelane. 2007, 57f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php>. Acesso em: fevereiro 2019.

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO CIENTÍFICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-
CIENTÍFICA**

Senhor Comandante Geral,

Solicito de Vossa Excelência autorização para a realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob minha responsabilidade e orientação do Professor Wenner Glaucio Lopes Lucena, tendo como título preliminar: **“Educação financeira: um estudo sobre falta de planejamento financeiro e endividamento com bombeiros militares do Estado da Paraíba”**.

O objetivo desta pesquisa é verificar a relação entre a falta de planejamento e controle financeiro pessoal e o endividamento e, avaliar a relevância em introduzir educação financeira na formação e aperfeiçoamento durante a carreira dos militares.

Para aplicação deste estudo será feito um questionário eletrônico a ser aplicado com todos os integrantes que estão subordinados a este comando, sobre a temática acima indicada, com período de aplicação a ser acordado com Vossa Senhoria.

A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba. As informações aqui prestadas têm finalidades acadêmicas e serão apresentadas de forma agregada, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento

João Pessoa, 19 de dezembro de 2018.


DIOSMAR DA SILVA LUCENA
Pesquisador

INSTITUIÇÃO:

Pesquisa autorizada por: _____

APENDICE B – PARTE

CBMPB
1º CRBM
1º CIBM
Parte Pessoal: 001/2018

João Pessoa, 19 de dezembro de 2018.
Do 1º SGT LUCENA
Ao Sr Cel CmT GERAL
Assunto: Autorização

Este signatário vem pedir autorização a Vossa Excelência para realização de pesquisa acadêmica no âmbito do CBMPB para fins do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Contábeis da UFPB.

O estudo será realizado conforme objetivos expostos no termo de consentimento em anexo.


DIOSMAR DA SILVA LUCENA – 1º SGTBM
MAT 523234-1

(98859-0973)



APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

PESQUISA SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO E NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

A presente pesquisa é requisito para a conclusão do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba, do aluno Diosmar da Silva Lucena orientado pelo Professor Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena. As informações aqui prestadas têm finalidades acadêmicas e serão apresentadas de forma agregada, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Na certeza da colaboração do Sr.(a), agradecemos por sua participação neste trabalho.

Diosmar da Silva Lucena
Bacharelado em Ciências Contábeis
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena
Professor-orientador
Universidade Federal da Paraíba

*Obrigatório

SEÇÃO 1- Dados socioeconômicos e demográficos

1.1 Qual sua idade? *

18	22	26	30	34	38	42	46	50	54	58	62	66	70
19	23	27	31	35	39	43	47	51	55	59	63	67	
20	24	28	32	36	40	44	48	52	56	60	64	68	
21	25	29	33	37	41	45	49	53	57	61	65	69	

1.2 Em que ano ingressou no Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB)? *

1980	1983	1986	1989	1992	1995	1998	2002	2005	2008	2011	2014	2017
1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999	2003	2006	2009	2012	2015	2018
1982	1985	1988	1991	1994	1997	2000	2004	2007	2010	2013	2016	

1.3 Em qual unidade trabalha? *

QCGBM (e diretoriais)	3ª CRBM (sede)	3º BBM	6ºBBM	1ª CIBM	4ª CIBM
1ª CRBM (sede)	1º BBM	4º BBM	BBS	2ª CIBM	5ª CIBM
2ª CRBM (sede)	2º BBM	5º BBM	BAPH	3ª CIBM	CIOP

1.4 Qual sua patente? *

Coronel	Tenente Coronel	Major	Capitão	1º tenente	2º tenente	Aspirante
Subtenente	1º Sargento	2º Sargento	3º Sargento	Cabo	Soldado	Alunos (CFO,CFS, CFC,CFSD)

1.5 Qual a cidade que você mora? *

1.6 Qual bairro você mora? *

1.7 Gênero *

Masculino

Feminino

Outro: _____

1.8 Qual seu estado civil? *

Solteiro (a)

Casado (a)

União Estável

Viúvo (a)

Outro: _____

1.9 Qual seu nível de escolaridade? *

Sem alfabetização

Fundamental Completo

Fundamental Incompleto

Ensino Médio Incompleto (2º grau)

Ensino Médio Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Pós Graduação (especialização, mestrado, doutorado,...)

1.10 Quantos filhos você tem? *

Nenhum

1

2

3

4

Mais de 4

1.11 Quantas pessoas moram em sua residência? **Incluindo você*

1

2

3

4

Mais de 4

1.12 Qual a sua faixa de renda familiar? *

Incluindo a renda das outras pessoas que contribuam ,tomando como base o salário mínimo vigente R\$954,00.

Até 4 salários(R\$ 3.816,00)

De 4 e 6 salários (R\$ 3.816,00 - R\$5.724,00)

De 6 e 8 salários (R\$ 5.724,00 - R\$ 7.632,00)

De 8 e 10 salários (R\$ 7.632,00 - R\$ 9.540,00)

Mais de 10 salários (R\$ 9.540,00)

1.13 Qual a sua faixa de renda individual? *

Tomando como base o salário mínimo vigente R\$954,00.

Até 4 salários(R\$ 3.816,00)

De 4 e 6 salários (R\$ 3.816,00 - R\$5.724,00)

De 6 e 8 salários (R\$ 5.724,00 - R\$ 7.632,00)

De 8 e 10 salários (R\$ 7.632,00 - R\$ 9.540,00)

Mais de 10 salários (R\$ 9.540,00)

1.14 Qual seu tipo de moradia? *

Casa ou apartamento próprio

Casa ou apartamento alugado

Habitação coletiva (pensionato, albergue, república, hotel, quartel, etc.)

Outro: _____

SEÇÃO 2 - Nível de endividamento

2.1 Possui cartão de crédito? *

Se sua resposta foi SIM, responda a próxima questão, se NÃO passe para questão 2.4

Sim

Não

2.2 Quantos cartões possui?

Nenhum

1

2

3

4

Mais de 4

2.3 Qual valor gasto mensalmente com cartões de crédito?

Entre 100 e 400 reais
Entre 401 e 700 reais
Entre 701 e 1000 reais
Entre 1000 e 4000 reais
Mais de 4000

2.4 Faz uso de cheque especial? *

Se sua resposta foi SIM, responda a próxima questão, se NÃO passe para questão 2.6

Sim
Não

2.5 Com que frequência depende do cheque especial para pagar gastos do dia a dia?

O tempo todo
Às vezes
Raramente
Nunca

2.6 Possui empréstimos ou financiamentos? *

Se sua resposta foi SIM, responda as questões 2.7 e 2.8, se NÃO passe para questão 2.9

Sim
Não

2.7 Quanto do seu salário é comprometido com empréstimos?

Seja o empréstimo consignado ou outra modalidade

Até 200 reais
De 201 a 400 reais
De 401 a 600 reais
De 601 a 800 reais
Mais de 801 reais

2.8 Quanto do seu salário é comprometido com financiamentos?

Prestações de financiamentos de imóveis, veículos, etc.

Até 200 reais
De 201 a 400 reais
De 401 a 600 reais
De 601 a 800 reais
Mais de 801 reais

2.9 Em algum momento já esteve ou está com seu nome nos registros de algum órgão de proteção ao crédito? *

Por exemplo: SPC, SERASA

Sim
Não

SEÇÃO 3 - Educação e Planejamento Financeiro

3.1 Com relação aos seus gastos, você diria que: *

Gasta mais do que ganha
 Gasta igual ao que ganha
 Gasto menos do que ganho

3.2 Marque a opção conforme seu modo de pensar e agir na escala ao lado *

	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Preocupo-me em gerenciar melhor meu salário					
Anoto e controlo todos os meus gastos (ex.: cadernos de anotações, aplicativos de smartfone, planilhas)					
Sigo meu plano de gastos (ou orçamento) semanal ou mensal.					
Pago minhas contas sem atraso					
Consigo identificar os custos de uma compra parcelada (ex. juros embutidos)					
Poupo mensalmente					
Possuo reserva financeira 3 vezes maior que minha renda mensal, que possa ser usada em emergências (ex.: doença, atraso salarial)					
Comparo preços antes de fazer compras					
Compro por impulso					
Prefiro comprar parcelado que juntar dinheiro para comprar a vista					

3.3 Já teve alguma informação, em algum momento da sua vida, sobre a importância do planejamento e controle financeiro? *

Sim
 Não

3.4 Se a resposta da questão anterior foi SIM, assinale onde obteve as informações sobre planejamento e controle financeiro?

Aqui você pode marcar mais de uma opção

Internet
 Livros
 Parentes
 Amigos
 Outro: _____

3.5 Você tem necessidade em receber informações ou precisa de auxílio sobre educação financeira? *

Sempre
Muitas Vezes
Às vezes
Raramente
Nunca

3.6 Procura informações sobre planejamento financeiro pessoal? *

Sempre
Muitas Vezes
Às vezes
Raramente
Nunca

3.7 No CBMPB, em algum momento já recebeu instruções sobre planejamento e controle de finanças pessoais (durante formaturas, palestras, CFSD, CFC, CFS, CFO, CHC, CHS, CAO e outros cursos)? *

Sempre
Muitas Vezes
Às vezes
Raramente
Nunca

3.8 Você acha importante instruções no Corpo de Bombeiros Militar sobre Educação Financeira? *

1 irrelevante; 2 relevante; 3 indiferente; 4 importante; 5 muito importante

Irrelevante	1	2	3	4	5	Muito importante
-------------	---	---	---	---	---	------------------

ANEXO A –TERMO DE ANUÊNCIA



QUARTEL DO COMANDO GERAL
GABINETE DO COMANDANTE-GERAL

TERMO DE ANUÊNCIA

O Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba está de acordo com a execução do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“Educação financeira: um estudo sobre falta de planejamento financeiro e endividamento com bombeiros militares do Estado da Paraíba”**, coordenado pelo pesquisador **DIOSMAR DA SILVA LUCENA** e orientado pelo **Prof. WENNER GLAUCIO LOPES LUCENA**, da Universidade Federal da Paraíba, Curso de Ciências Contábeis, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento do referido trabalho nesta Instituição, durante a realização do mesmo.

João Pessoa, PB 21 de dezembro de 2018.


JAIR CARNEIRO DE BARROS – CEL QOBM
Comandante Geral



**GOVERNO
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - Gabinete do Comandante-Geral
Quartel do Comando Geral - BR 230, Km 25, nº 525 - Jardim Veneza - 58.088-200 - João Pessoa/PB
Fone: (83) 3218-5743 - E-mail: gabcomandocbmpb@gmail.com

